

Faculdade de Direito – Universidade Nova de Lisboa

Ano letivo 2015/2016

2º ano- 2º semestre

Direito das Pessoas e da Família

Professor João Zenha Martins

1. Princípios Gerais do Direito Civil	4
2. A relação jurídica.....	5
3. A personalidade jurídica.....	5
3.1 A personalidade coletiva	5
3.2 A personalidade singular	5
3.2.1. Os nascituros.....	6
3.2.2 A presunção de comoriência.....	6
3.2.3 O desaparecimento	7
3.2.3.1 O domicílio	8
4. Relações familiares	9
4.1. A incapacidade dos menores	9
4.2. A incapacidade dos interditos	12
4.3 A incapacidade dos inabilitados.....	14
5. Direitos de personalidade	15
6. As pessoas coletivas	17
6.1 Classificações das pessoas coletivas civis	17
6.1.1 O substrato pessoal ou patrimonial.....	18
6.2 Princípios fundamentais	18
6.2.1. Os direitos de personalidade.....	18
6.3. As associações.....	19
6.3.1 Associações sem personalidade jurídica.....	21
6.3.2 Extinção de associações.....	23
6.4. As fundações	23
6.5. As comissões especiais	24
6.6. As sociedades.....	25
7. Noção e modalidades do casamento	26
7.1. Noção de casamento civil	26
7.2. Modalidades do casamento.....	26
7.3. Promessa de casamento	26
7.3.1 Noção e requisitos da promessa de casamento.....	26
7.4. Requisitos do casamento civil	27
7.4.1 Capacidade.....	27
7.4.1.1 Impedimentos matrimoniais em geral.....	27
7.4.1.2. Impedimentos dirimentes.....	27
7.4.1.3. Impedimentos impeditentes	28
7.5. O consentimento matrimonial	29
7.6. Efeitos do casamento	29

7.7.	A União de facto	30
7.8.	O Parentesco	30
8.	Casos práticos	32

1. Princípios Gerais do Direito Civil

O Direito das pessoas e da família integram-se no Direito Civil, um dos ramos do Direito Privado, pelo que é importante reconhecer os princípios em que assentam as suas bases gerais.

Princípio da boa-fé: O princípio da boa-fé constitui um dos limites ao exercício dos direitos. É possível que os sujeitos atuem em conformidade com a lei, mas não em conformidade com os valores do ordenamento jurídico, o que constitui má-fé. A boa-fé intervém quando um ato relevante para o direito não corresponde àquilo que uma pessoa honesta e razoável praticaria.

Princípio da personificação jurídica do Homem: A personificação jurídica do Homem é reconhecida por qualquer ordenamento jurídico (**artigo 16º da CRP, artigo 6º da DUDH**) e pressupõe que o Homem seja sempre um sujeito na relação jurídica e nunca uma coisa (caso dos jogadores e futebol). Este é um limite intransponível e indisponível, uma vez que ninguém lhe pode renunciar.

Princípio do reconhecimento dos direitos de personalidade: A lei reconhece direitos de personalidade a todo e qualquer Homem, tutelando este reconhecimento através do **artigo 70º/1 do CC**, segundo o qual “a lei protege os indivíduos contra qualquer ofensa ilícita ou ameaça de ofensa à sua personalidade física ou moral”. Dentro do reconhecimento do direito de personalidade existe um corolário de direitos como o direito à imagem, o direito à vida privada...

Princípio da igualdade dos Homens perante a lei: Este princípio estabelece que todos os Homens devem ser visto como iguais perante a lei. Porém, o que importa é que não exista uma discriminação arbitrária, ou seja, que a diferenciação não seja feita de forma arbitrária. O ordenamento jurídico reconhece situações de desigualdade (por exemplo, a relação empregado/empregador), importando, apenas que haja uma ideia inicial de igualdade. Depois, em atividade livre, os sujeitos podem criar relações desiguais.

Princípio do reconhecimento da família enquanto instituição fundamental: A família é abordada no **artigo 36º da CRP** relativamente à sua constituição, à possibilidade de divórcio, à parentalidade, ao princípio da responsabilidade parental... Por si só, o facto de ser mencionada na Constituição, traça o reconhecimento da família enquanto instituição relevante no nosso ordenamento jurídico.

Princípio da personalidade coletiva: Quando se define pessoa fala-se num centro vivo que intervém na vida social, de imputação de direitos e deveres. A pessoa coletiva, por si só, não raciocina, mas é também considerada uma pessoa com personalidade. Para este efeito, considera-se o seu centro vivo como o conjunto pessoas individuais que a compõem e que têm a faculdade do raciocínio.

Princípio da autonomia privada: O reconhecimento da autonomia privada significa que podemos selecionar livremente os efeitos que queremos ver produzidos na nossa esfera jurídica. No Direito Privado, quem seleciona os direitos que temos, as obrigações que temos, as situações a que nos vinculamos, somos nós próprios. Isto não quer dizer que, no âmbito do Direito Privado, o ordenamento jurídico não nos obrigue, por vezes, a atuar de certa forma em virtude de estarmos vinculados a uma situação jurídica passiva.

Princípio da responsabilidade civil: Este princípio releva sempre que atingimos o interesse de terceiros causando-lhe danos. Não há liberdade sem responsabilidade, pelo que os danos causados têm de ser ressarcidos.

Princípio da propriedade privada: Esse princípio manifesto nos **artigo 62º da CRP** e **1305º do CC**, relaciona— e com a garantia de que a todos é garantido o direito à propriedade privada, assim como à sua administração e transmissão.

Princípio do reconhecimento do fenómeno sucessório: O ordenamento jurídico português reconhece o fenómeno da sucessão *mortis causa*, decorrente do reconhecimento da propriedade privada. A sucessão legitimária funciona sempre a favor dos herdeiros legitimários: cônjuge, descendentes e ascendentes. O titular dos bens tem liberdade para testar, podendo acrescentar herdeiros ao conjunto de herdeiros legitimários e excluir outros considerados integrantes deste conjunto de pessoas.

2. A relação jurídica

Uma **relação jurídica** consiste numa relação interprivada que o direito regula através da atribuição a um sujeito de um direito e a imposição ao outro de um dever ou sujeição. Existem portanto duas posições numa relação jurídica — a ativa e a passiva.

Quando a relação é vista em função de um sujeito individualmente, ou quando só existe um sujeito fala-se em situação jurídica e não em relação jurídica.

Os elementos da relação jurídica são:

- **Os sujeitos:** entes a que a lei atribui personalidade jurídica, o que quer dizer que são passíveis de ser titular de direitos e deveres.
- **O objeto:** aquilo sobre que recai diretamente o direito.
- **O facto:** acontecimentos a que o direito atribui relevância.
- **A garantia:** elemento da relação que se traduz na possibilidade de utilização da força pública para assegurar ao sujeito ativo a realização do seu direito.

3. A personalidade jurídica

Por **personalidade jurídica** entende-se a suscetibilidade de ser titular de direitos e obrigações, reconhecida a toda a qualquer pessoa humana — personalidade singular — e também a organizações de pessoas e/ou bens — personalidade coletiva.

3.1 A personalidade coletiva

Uma **pessoa coletiva** consiste numa organização de pessoas ou bens destinada a prosseguir determinados fins, a que a lei atribui personalidade jurídica (artigo 12º/2, CRP).

A personalidade coletiva começa com a constituição, nos termos legais (para as associações) ou com o reconhecimento (para as fundações) e cessa com a dissolução a pessoa coletiva, sua liquidação e transmissão dos seus bens.

A capacidade de gozo das pessoas coletivas está limitada, no sentido de excluir aqueles direitos que realizam fins próprios exclusivos da pessoa humana e ainda todos os direitos que não se integram nem são convenientes à prossecução dos respetivos fins — princípio da especialidade (artigo 160º/1, CC).

3.2 A personalidade singular

A personalidade jurídica singular inicia-se “no momento do nascimento completo e com vida” (artigo 66º/1 CC). A expressão “nascimento completo” relaciona-se com o momento do corte do cordão umbilical, momento em que o indivíduo é separado da mãe.

A **viabilidade de sobrevivência** não é requisito no direito português. Isto quer dizer que mesmo que a pessoa nasça sabendo que, separada da mãe, não vai sobreviver, não deixa de ter adquirido personalidade jurídica.

Por exemplo, no direito espanhol a questão é abordada de uma outra forma: o CC espanhol estabelece que para adquirir personalidade jurídica é preciso cumprir dois requisitos: ter figura Humana e viver 24h independentemente da mãe.

A relevância do momento em que se adquire personalidade jurídica assume importância sobretudo para efeitos sucessórios.

Exemplo: Uma mãe e um pai separados e que não se podem ver têm um bebé. A mãe morre no parto dois minutos após o nascimento do bebé. Quem é que herda os bens? O bebé.

Entretanto o bebé morre passadas duas horas. Quem é que vai herdar os bens do bebé? O pai.

Se a regra fosse a do direito espanhol não haveria sequer a etapa intermédia. Quem herdaria os bens da mãe seriam os seus herdeiros: pai e mãe da mãe (avós maternos do bebé).

A personalidade jurídica cessa com a morte (artigo 68º/1), sendo que esta tem de ser declarada por um médico. Com a morte, uma parte dos direitos pertencentes ao *de cujus* extingue-se e outra não.

A regra é a de que se extinguem os direitos pessoais, mas não os patrimoniais, que são transmitidos aos seus sucessores. Porém, podem extinguir-se direitos patrimoniais quer por força da lei, quer por vontade do *de cujus* se nesse efeito se manifestou e se se tratavam de direito irrenunciáveis.

3.2.1. Os nascituros

Em sentido amplo, **nascituro** é aquele que está para nascer no futuro.

- Nascituro em sentido restrito: já foi concebido mas ainda não nasceu;
- Conceturo: ainda não foi concebido;

Os direitos de personalidade que os nascituros têm dependem do seu nascimento completo e com vida (**artigo 66º/2**). Isto quer dizer qualquer direito que possa eventualmente ser exercido pelo nascituro só o pode ser a partir do momento do nascimento completo e com vida. À parte disto, há um direito que se tem sempre – direito à vida.

Existem várias normas no Código civil que apontam clara e expressamente para os direitos dos nascituros:

- **Artigo 952º**: é permitido o contrato com quem ainda não tem personalidade jurídica, mas sempre dependendo do seu nascimento. Isto quer dizer que se pode doar quer a nascituros, quer a conceturos.
Pode doar-se aos filhos dos nossos filhos que ainda não nasceram, mas não se pode, por exemplo, doar aos netos dos nossos filhos, pois isso pressuporia a doação a uma pessoa filha de uma pessoa não viva no tempo da doação.
- **Artigo 1855º**: Permissão da perfilhação do nascituro desde que esta seja “posterior à conceção e o perfilhante identificar a mãe”.
- **Artigo 1878º**: Responsabilidades parentais inclusivas dos nascituros em sentido restrito.
- **Artigo 2033º**: Os nascituros são dotados de capacidade sucessória.

3.2.2 A presunção de comoriência

A presunção de **comoriência (artigo 68º/2)** significa morte simultânea, distinguindo-se, assim, da **premoriência**, que presume que uma pessoa morreu primeiro que a outra.

O facto de ser uma presunção significa que a comoriência é aplicável em caso de dificuldade de prova, presumindo-se, nesse caso, que a morte de dois ou mais indivíduos ocorreu ao mesmo tempo.

Deste modo, os pressupostos para a aplicação desta presunção são a morte e a dúvida. Se conseguirmos afastar um destes pressupostos, então pode afastar-se a presunção (presunção ilidível).

3.2.3 O desaparecimento

“Quando o desaparecimento de uma pessoa se tiver dado em circunstâncias que não deixem dúvidas sobre a sua morte, embora o cadáver não pudesse ser encontrado ou reconhecido, a pessoa tem-se por falecida” (artigo 68º/3, CC).

Este regime distingue-se do da ausência sobretudo porque neste instituto apenas existe desaparecimento sem notícias. Para que se aplique o regime do desaparecimento, ao desaparecimento sem notícias tem de se acrescentar as circunstâncias que não permitam duvidar da morte da mesma pessoa.

Não se considera ausente aquele que deixou um procurador ou representante.

Medidas: Apesar de existirem numa intensidade diferente, nenhuma destas medidas está dependente da outra, podendo recorrer-se a qualquer uma delas independentemente, desde que estejam preenchidos os requisitos necessários. É mais fácil obter curadoria provisória do que curadoria definitiva, e curadoria definitiva do que morte presumida.

→ **Curadoria provisória:** Quando alguém desaparece “sem que dele se saiba parte” e sem ter deixado representante legal ou procurador, o tribunal nomeia-lhe um curador provisório para administrar os seus bens (artigo 89º/1, CC).

A curadoria pode ser requerida pelo Ministério Público ou por qualquer interessado (**artigo 91º**).

“O curador provisório será escolhido de entre o cônjuge do ausente, algum ou alguns dos herdeiros presumidos, ou alguns dos interessados na conservação dos bens (**artigo 92º**).

É feita uma relação de bens do ausente e fixada uma caução ao curador provisório (**artigo 93º**) de modo a proteger o ausente.

O curador fica sujeito à simples administração de bens, assim como aos direitos e obrigações descritos nos artigos 94º e 95.

O curador tem, ainda, direito a uma remuneração de acordo com o **artigo 95º**.

A curadoria provisória termina:

- Com o regresso do ausente;
- Se o ausente providenciar acerca da administração dos bens;
- Pela comparência da pessoa que legalmente represente o ausente ou de procurador bastante;
- Pela entrega dos bens aos curadores definitivos (passa a haver curadoria definitiva) ou ao cabeça-de-casal;
- Pela certeza da morte do ausente;

→ **Curadoria definitiva:** Tem como requisitos a ausência e a necessidade de terem ocorrido dois anos desde o desaparecimento sem notícias ou cinco anos se existir um representante legal (artigo 99º).

A curadoria definitiva pode ser requerida pelo cônjuge, pelos herdeiros e por todos aqueles que tenham sobre os bens do ausente direito pendente da condição da sua morte (**artigo 100º**).

Na curadoria definitiva são abertos os testamentos que existirem “a fim de serem tomados em conta na partilha e no deferimento da curadoria definitiva” (**artigo 101º**).

Neste caso, a prestação da caução é facultativa, isto é, o tribunal pode decidir se o curador tem, ou não, de prestar caução, tendo em conta o interesse do ausente (**artigo 107º**).

Consequência de a morte ser bastante mais provável neste regime, existem mais benefícios para o curador (artigo 111º), nomeadamente “a totalidade dos frutos percebidos”.

A curadoria definitiva termina:

- Pelo regresso do ausente;

- Pela notícia da sua existência e do lugar onde reside (domicílio);
- Pela certeza da sua morte;
- Pela declaração de morte presumida;

→ **Morte presumida:** A morte presumida tem como requisitos a ausência e a passagem de 10 anos desde as últimas notícias, (cinco se o ausente tiver, entretanto, completado 80 anos) nunca antes dos 23 anos.

Exemplo: O senhor Manuel desapareceu aos 73 anos, a presunção de morte dá-se aos seus 80 anos, uma vez que ao concluir 80 anos já passaram 5 anos.

A morte presumida tem os mesmos efeitos que a morte com uma exceção: não dissolve o casamento. Mesmo assim, o cônjuge pode voltar a casar (**artigos 115º e 116º**). Se, entretanto, o ausente regressar, ou houver notícia de que era vivo quando foram celebradas as novas núpcias, o primeiro casamento dá-se por dissolvido.

Os sucessores deixam de ser administradores dos bens (curadores) e passam a ser titulares dos direitos que lhes forem atribuídos (artigo 117º).

Se a notícia do óbito se der em data diversa à morte presumida altera-se o direito à herança (**artigo 118º**).

Se o ausente regressar (artigo 119º):

- Devolução do património no estado em que se encontre;
- Entrega do preço dos bens alienados ou dos bens adquiridos com este preço e dos bens adquiridos com o património;
- Direito a indemnização, havendo má-fé (subjéctiva) dos sucessores;

3.2.3.1 O domicílio

O domicílio é relevante na questão do desaparecimento, sobretudo no que respeita ao instituto da curadoria definitiva, em que a mesma cessa pela cumulação dos critérios notícia da existência do ausente e conhecimento do seu domicílio.

Domicílio é a sede jurídica de uma pessoa singular, sendo normalmente o lugar onde reside habitualmente (**artigo 82º**).

Residindo alternadamente em vários locais, a pessoa singular tem-se por domiciliada em todas elas.

Se não existir uma residência habitual entende-se que o domicílio é:

- O lugar da residência ocasional: regra pensada para pessoas que estão sempre a mudar de sítio (Exemplo: pessoas que vivem no circo);
- O lugar onde se encontrar (paradeiro): é o que acontece no caso dos sem-abrigo.

Uma pessoa que exerce uma profissão tem que, no que respeita às relações jurídicas relativas à profissão, **domicílio profissional** no lugar onde a profissão é exercida.

Exercendo a profissão em vários lugares, cada um deles constitui um domicílio profissional para as relações jurídicas relativas a esse domicílio.

É possível que as partes estipulem um domicílio para determinados negócios, isto é, de entre vários domicílios, determinar um como o principal. Deste modo, tudo o que tratar desse determinado negócio deve ser tratado em função do domicílio eletivo (**artigo 84º**).

O **domicílio eletivo** tem de ser celebrado por escrito – requisito de forma.

O **domicílio legal** é o que ocorre no caso dos menores e interditos (**artigo 85º**), mulheres casadas (revogado), empregados públicos (**artigo 87º**) e agentes diplomáticos portugueses (**artigo 88º**).

4. Relações familiares

Artigo 67º: “As pessoas podem ser sujeitos de quaisquer relações jurídicas, salvo disposição legal em contrário: nisto consiste a sua capacidade jurídica”.

Esta capacidade jurídica reporta-se à capacidade de gozo que se distingue da capacidade exercício.

Capacidade jurídica (de gozo): medida de direitos e de obrigações de que uma pessoa pode ser titular. Toda pessoa coletiva tem capacidade jurídica, mas em alguns casos ela encontra-se limitada.

Fruto dos casos em que a capacidade de gozo se encontra limitada, fala-se em incapacidade de gozo. A incapacidade diz-se de gozo quando a pessoa não pode ser titular de um direito ou de um dever.

Capacidade de exercício: possibilidade que uma pessoa tem de praticar, pessoal e livremente, atos jurídicos, isto é, de exercer direitos e cumprir deveres. A capacidade de exercício de direitos de uma pessoa singular pode estar temporariamente excluída ou limitada.

A incapacidade de exercício ocorre quando a pessoa não pode exercer os seus direitos ou cumprir os seus deveres, por si só e livremente.

Exemplo: A pessoa só tem capacidade de exercício a partir do momento em que completa 18 anos de idade (**artigo 130º**). Portanto, fazendo uma leitura à contrário, significa que os menores de 18 anos são incapazes de exercer os seus direitos.

As relações familiares têm influência na capacidade jurídica das pessoas. São definidas como fontes das relações jurídicas (**artigo 1576º**):

- Casamento
 - Parentesco
 - Afinidade
 - Adoção
 - Filiação
 - Apadrinhamento civil
 - União de facto
- } O código civil apenas refere estas fontes das relações jurídicas.
Porém, deve também considerar-se as três seguintes.

Há autores que defendem que as fontes das relações jurídicas familiares devem definir-se através das classes sucessíveis no âmbito do **artigo 2133º**. Também este artigo é considerado incompleto por não incluir a união de facto ou o apadrinhamento civil, o que significa que de acordo com a lógica sucessória, estas relações não se classificam como relações jurídicas familiares.

Para além de não reconhecer estas relações como relações jurídicas familiares, o artigo 2133º define o Estado como uma das classes sucessórias. Ora, é óbvio que as pessoas não têm relações familiares com o Estado, o que serve de argumento para refutar a ideia de que as relações familiares devem ser determinadas pelas classes sucessíveis.

→ O que é relevante para caracterizar uma relação jurídica familiar é um vínculo de afetividade relativamente estável.

4.1. A incapacidade dos menores

A **menoridade** é a situação daquele que não tiver ainda completado dezoito anos de idade (**artigo 122º**). Os menores carecem de capacidade para o exercício de direitos – incapacidade genérica de exercício (**artigo 123º**), o que quer dizer que não podem exercer todos os direitos que contêm na sua esfera jurídica.

Esta incapacidade termina aos dezoito anos (artigo 129º; artigo 130º) ou com a emancipação, se bem que este regime contém algumas exceções à plena capacidade de exercício (artigo 133º).

Nota: a menoridade só termina às 24h do dia do nascimento.

Apesar da incapacidade genérica de exercício dos menores, existem exceções a esta incapacidade contempladas pela lei (**artigo 127º**). São válidos:

- Os atos de administração ou disposição dos bens que o maior de dezasseis anos haja adquirido por seu trabalho;
- Os negócios jurídicos próprios a vida corrente do menor que, estando ao alcance da sua capacidade natural, só impliquem despesas, ou disposições de bens, de pequena importância;
- Os negócios jurídicos relativos à profissão, arte ou ofício que o menor tenha sido autorizado a exercer, ou os praticados no exercício dessa profissão, ato ou ofício;

Para além destes atos, é também permitido:

- Ao maior de dezasseis anos casar mediante autorização (**artigo 1601º; artigo 1612º**)
- Ao maior de dezasseis anos perfilhar (**artigo 1850º**)

Anulabilidade dos atos dos menores

Os negócios jurídicos celebrados pelo menor podem ser anulados, de acordo com o **artigo 125º**:

- A requerimento do progenitor, desde que a ação seja proposta no prazo de um ano a contar do conhecimento que o requerente haja tido do negócio impugnado, mas nunca depois de o menor atingir a maioridade ou ser emancipado;
- A requerimento do próprio menor a partir de um ano a contar da sua maioridade ou emancipação. Pode ocorrer que um menor celebre um negócio jurídico na véspera de fazer 18 anos. Passada essa data arrepende-se e quer desfazer o negócio servindo-se, para isso, da possibilidade de anular o negócio por meio da menoridade. O princípio da boa-fé não congela o direito de anulação, continuando a mesma a ser possível;
- Requerimento de qualquer herdeiro do menor, no prazo de um ano a contar da morte deste, ocorrida antes de expirar o prazo de um ano.

Nos termos do artigo 2133º, o menor pode ser herdeiro. Se o menor já não podia exercer a anulabilidade, esse direito também não é transmissível. Assim, se o menor tivesse morrido com 18 anos e 2 meses, o herdeiro poderia exercer o direito de anulabilidade; se tivesse morrido com mais de 19 anos já não – a legitimidade do herdeiro deve reger-se pela legitimidade do de cujus.

“A anulabilidade é sanável mediante confirmação do menor após atingir a maioridade ou ser emancipado, ou por confirmação do progenitor que exerça responsabilidades parentais, do tutor ou do administrador de bens, tratando-se de ato que algum deles pudesse celebrar como representante do menor” (artigo 125º/2).

O menor não pode invocar a anulabilidade se atuou em dolo (artigo 126º). Porém, na qualidade de exercentes de poderes parentais, o direito de anulação em caso de dolo existe: a legitimidade dos herdeiros relaciona-se com a do menor mas a dos pais não.

Artigo 124º

(suprimento da incapacidade dos menores)

“A incapacidade dos menores é suprida pelo poder paternal e, subsidiariamente, pela tutela, conforme se dispõe nos lugares respetivos.”

→ O exercício das responsabilidades parentais encontra-se disposto nos **artigos 1877º e ss.**

Artigo 1877º

(Duração das responsabilidades parentais)

“Os filhos estão sujeitos às responsabilidades parentais até à maioridade ou emancipação”



Incluem: o dever de zelar pela segurança e saúde dos filhos, de prover ao seu sustento, de dirigir a sua educação, de os representar e de administrar os seus bens.

Em contrapartida, os filhos devem obediência aos pais, contando que estes levem em conta a opinião dos filhos de acordo com a sua maturidade (**artigo 1878º**).



A obrigação do provimento com o sustento, segurança, saúde e educação dos filhos termina na medida em que os filhos estejam em condições de suportar, pelo produto do seu trabalho ou outros rendimentos, esses encargos (**artigo 1879º**).



Se o sujeito atingir a maioridade ou se emancipar e, no entanto, não tiver completado a sua formação profissional, esta mantém-se ao encargo dos pais.

→ As responsabilidades parentais são irrenunciáveis (**artigo 1882º**).

A **responsabilidade parental** manifesta-se no poder de representação dos pais em relação aos filhos.

Esta representação traduz-se no “exercício de todos os direitos e cumprimento de todas as obrigações do filho, excetuando os atos puramente pessoais, aqueles que o menor tem o direito de praticar pessoal e livremente e os atos respeitantes a bens cuja administração não pertença aos pais”.

Os pais têm, ainda, responsabilidades para com os bens dos filhos, uma vez que estes não os podem administrar nem gerir. Os pais têm de administrar os bens dos filhos com o mesmo cuidado que administram os seus (**artigo 1897º**).

O **artigo 1888º** exceciona da administração dos pais:

- Os bens dos filhos que procedam de sucessão da qual os pais tenham sido excluídos por indignidade ou deserdação;
- Os bens que tenham advindo ao filho por doação ou sucessão contra vontade dos pais;
- Os bens deixados ou doados ao filho com exclusão da administração dos pais;
- Os bens adquiridos pelo filho maior de dezasseis anos pelo seu trabalho;

Enquanto representantes dos filhos, os pais não podem atuar livremente. Existem atos cuja validade depende da autorização do tribunal (**artigo 1889º**). A prática destes atos sem autorização é anulável (**artigo 1893º**): tratam-se de atos mais graves, relativamente aos quais se entendeu conveniente controlar a atuação dos pais. Também pode acontecer que os atos dos pais enquanto representantes dos filhos sejam confirmados pelo tribunal (**artigo 1894º**).

Artigo 1896º: Os pais podem utilizar os rendimentos dos filhos para satisfazer as despesas com os mesmos, bem como outras necessidades da vida familiar.

Os rendimentos dos bens dos filhos têm, à partida, uma limitação: são utilizados para o bem do filho. Excecionalmente podem ser utilizados para satisfazer outras necessidades da vida familiar como o sustento de outros filhos ou questões do agregado familiar.

Exercício das responsabilidades parentais

Na constância do matrimónio, as responsabilidades são exercidas conjuntamente (**artigo 1901º**). Se apenas um dos pais exercer as responsabilidades parentais, presume-se que age de acordo com o outro (**artigo 1902º**).

O consentimento de ambos os pais é exigido pela lei em alguns casos, assim como nos casos de particular importância.

Se apenas um dos progenitores estiver de acordo, pode aplicar-se a anulabilidade. O outro progenitor tem um ano para arguir o vício. Também pode ser o menor a fazê-lo, assim que atinga a maioridade ou se torne emancipado.

4.2. A incapacidade dos interditos

A incapacidade resultante da interdição é aplicável exclusivamente a maiores, uma vez que os menores já estão protegidos pelo regime da incapacidade por menoridade.

Apesar disto as interdições “podem ser requeridas e decretadas dentro do ano anterior à maioridade, para produzirem os seus efeitos a partir do dia em que o menor se torne maior” (Artigo 138º/2). Durante o período em que esteja pendente a interdição, após a maioridade, mantém-se o poder paternal até a transição em julgado da sentença. Esta ação visa acautelar um período em que a pessoa incapaz possa dispor inadequadamente da sua pessoa e dos seus bens, prolongado o regime da incapacidade genérica de exercício que vigora durante a menoridade.

Podem ser interditos do exercício dos seus direitos todos os incapazes de governar as suas pessoas e bens e que sofram de (138º/1):

- | | | |
|---|---|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Anomalia psíquica• Surdez-mudez• Cegueira | } | Estas <u>deficiências</u> físico-psíquicas têm que ser <u>duradouras e atuais</u> |
|---|---|---|

Se a circunstância da pessoa não for totalmente incapacitante a pessoa pode ser declarada inabilitada e não interdita.

Não basta, porém, que a pessoa se enquadre nos critérios do **artigo 138º** para ser considerada interdita. É necessário que a declaração da interdição seja feita judicialmente.

O regime da incapacidade por interdição é semelhante ao da menoridade quer quanto ao valor dos atos por si praticados, quer quanto aos meios de suprir a incapacidade. Daí que o interdito seja equiparável ao menor e que lhe seja aplicável, com as adaptações necessárias, as disposições reguladoras da menoridade (Artigo 139º).

Legitimidade para requerer a interdição: (141º/1)

- Cônjuge
- Tutor ou curador
- Qualquer parente sucessível
- Ministério Público (mesmo que seja contra a vontade dos demais)

Se o interditando estiver sob o poder paternal: (141º/2)

- Progenitores que exercem o poder paternal
- Ministério Público

Enquanto o processo estiver a correr, pode ser nomeado um tutor provisório “que celebre em nome do interditando, com autorização do tribunal, os atos cujo adiamento possa causar-lhe prejuízo”. Pode ainda ser decretada interdição provisória, se houver uma necessidade urgente em retirar a gestão dos seus bens aos interditandos (**Artigo 142º**).

A incapacidade dos interditos é suprida mediante o instituto da representação legal, no qual se estabelece uma tutela deferida pela ordem do **artigo 143º**:

1. Cônjuge do interdito;
2. Pessoa designada pelos pais ou pelo progenitor que exercer o poder paternal;
3. Qualquer dos progenitores;
4. Filhos maiores;
5. Tutor designado pelo tribunal;

Só é suprável uma incapacidade de exercício de direitos, não havendo possibilidade de suprimimento da incapacidade negocial de gozo de que alguns interditos são alvo. Por exemplo, são casos insupráveis:

- Interditos por anomalia psíquica não podem casar (**artigo 1601º/b**);
 - Interditos por anomalia psíquica não podem perfiar (**artigo 1850º**);
 - Interditos por anomalia psíquica não pode testar (**artigo 2189º/b**);
 - Interditos por anomalia psíquica estão interditos a exercer poderes paternais (**artigo 1913º/b**);
- ⇒ Os interditos por anomalia psíquica são considerados inimputáveis (**Artigo 488º**), pelo que não respondem pelas consequências de facto danoso.

E existindo uma anomalia psíquica, mas não estando o demente interdito?

Para o casamento e perfiar, haverá incapacidade desde que haja demência notória e, para o primeiro caso, mesmo que o ato seja praticado num intervalo lúcido (arts. 1601º/b; 1850º).

Levanta-se a questão se saber se, sendo equiparáveis aos menores por força do **artigo 139º**, os interditos também cabem nas exceções previstas para a menoridade no **artigo 127º**. Mediante as proibições específicas que são feitas aos portadores de anomalia psíquica, não se considera que lhes sejam aplicáveis as exceções do 127º, porém, outras interdições que não a psíquica poderão, sim, caber nas exceções à capacidade de exercício do menor.

A equiparabilidade dos interditos aos menores levanta ainda uma outra questão: atingida a maioridade, um interdito fica sobre os domínios do poder parental ou da tutela? Por um lado fala-se em tutela no artigo 143º, mas por outro o interdito é comparado a um menor no artigo 139º.

Conclui-se que os poderes parentais cessam com a maioridade, ficando o interdito sobre um regime de tutela. A questão da tutela tem a ver com o facto de o tutor gerir e administrar os bens em atenção aos interesses exclusivos do interdito, enquanto no caso do poder paternal, a gestão dos bens é alargada para poder beneficiar as necessidades da vida familiar.

Valor dos atos praticados pelos interditos

O regime legal, aplicável à generalidade dos negócios jurídicos, obriga-nos a distinguir três períodos:

1. Depois do registo da sentença de interdição (**Artigo 148º**)
2. Na pendência da ação de interdição (**Artigo 149º**)
3. Antes da interdição da ação de interdição (**Artigo 150º**)

→ No primeiro momento, são anuláveis os negócios jurídicos celebrados pelo interdito, de acordo com o disposto no **artigo 139º** com as necessárias adaptações do **artigo 125º**. Podem, portanto, requerer a anulação do atos dos interditos:

- ✓ O representante do interdito durante a vigência da interdição no prazo de um ano a contar do conhecimento do negócio;
- ✓ O próprio interdito, no prazo de um ano a contar do levantamento da interdição;
- ✓ Qualquer herdeiro do interdito no prazo de um ano a contar da morte do incapaz;

- No segundo momento, são anuláveis os atos dos interditos desde que:
- ✓ A interdição venha a ser decretada;
 - ✓ Se mostre que o negócio causou prejuízo ao interdito;
- No terceiro momento, aplica-se o disposto acerca da incapacidade acidental (**Artigo 150º**), o que quer dizer que a anulabilidade dos atos dos interditos tem como requisitos:
- ✓ Que, no momento do ato, haja uma incapacidade de entender o sentido da declaração negocial ou falte o exercício de vontade;
 - ✓ Que a incapacidade natural existente seja notória ou conhecida do declaratório;

A incapacidade dos interditos cessa com o levantamento da interdição judicial. Podem requerer o levantamento o próprio interdito ou qualquer das pessoas com legitimidade para requerer a interdição (**Artigo 151º**).

4.3 A incapacidade dos inabilitados

“Podem ser **inabilitados** os indivíduos cuja anomalia psíquica, surdez-mudez ou cegueira, embora de caráter permanente, não seja de tal modo grave que justifique a sua interdição, assim como aqueles que, pela sua habitual prodigalidade ou pelo uso de bebidas alcoólicas ou de estupefacientes, se mostrem incapazes de reger convenientemente o seu património” (**Artigo 152º**).

Critérios de aplicação do artigo 152º:

- Prejudicialidade
- Atualidade
- Permanência

A inabilitação abrange os atos de disposição dos bens entre vivos (exclui-se, portanto, o testamento) e os específicos da sentença, dadas as circunstâncias de acordo com o **artigo 153º**. Isto quer dizer que os inabilitados podem, em princípio, praticar atos de administração dos bens, mas não podem dispor deles.

Meios de suprir a inabilitação

A incapacidade dos inabilitados é suprida pelo instituto da assistência, pois ficam sujeitos a autorização do curador os atos de disposição dos bens entre vivos (**Artigo 153º**).

Pode, porém, determinar-se de acordo com o artigo 154º, que para além da disposição dos bens, também a sua administração fica entregue ao curador. Neste caso, o suprimento da incapacidade funciona como o instituto da representação.

Valor dos atos praticados pelos inabilitados

Como esta questão não é abordada diretamente no Código Civil, aplica-se o **artigo 156º**, de acordo com o qual se aplica aos inabilitados, o regime de valorização dos atos dos interditos.

As características da anulabilidade são, mais uma vez, as do **artigo 125º**, aplicável por remissão dos **artigos 139º e 156º**.

A incapacidade só deixa de existir quando for levantada a inabilitação.

Porém, quando a inabilitação tiver por causa a prodigalidade ou o abuso de bebidas alcoólicas ou de estupefacientes, o seu levantamento exige duas condições (Artigo 155º):

- Prova de cessação daquelas causas de inabilitação;
- Decurso de um prazo de cinco anos sobre o trânsito em julgado da sentença de inabilitação ou da sentença que desencadeou um pedido anterior de levantamento.



Este prazo pretende sujeitar o inabilitado a um período de prova para evitar o risco de dissimulação ou fingimento, acerca da sua regeneração.

5. Direitos de personalidade

Direitos de personalidade são o conjunto de poderes jurídicos pertencentes a todas as pessoas, por força do seu nascimento. Estes direitos recaem sobre a vida da pessoa, a sua saúde física, o seu nome, a sua imagem, a reserva sobre a intimidade da sua vida privada...

Características dos direitos de personalidade:

- Absolutos (erga omnes)
- Gerais (todos os têm)
- Extrapatrimoniais (não têm valor pecuniário)
- Necessários (compõe o conteúdo mínimo e imprescindível da esfera jurídica de cada um)
- Inalienáveis
- Irrenunciáveis

A violação de alguns destes direitos é um facto ilícito criminal, desencadeando uma punição estabelecida no Código Penal, de acordo com o respetivo tipo legal de crime.

Artigo 70º

(Tutela geral da personalidade)

1. A lei protege os indivíduos contra qualquer ofensa ilícita ou ameaça de ofensa à sua personalidade física ou moral
2. Independentemente da responsabilidade civil a que haja lugar, a pessoa ameaçada ou ofendida pode requerer as providências adequadas às circunstâncias do caso, com o fim de evitar a consumação da ameaça ou atenuar os efeitos da ofensa cometida.



Esta cláusula deve ser concretizada tendo em atenção quer o regime dos “direitos, liberdade e garantias pessoais” a que correspondem direitos de personalidade, quer os tipos de crime que visam proteger bens jurídicos correspondentes aos direitos de personalidade.

Artigo 71º: A proteção dos direitos de personalidade mantém-se depois da morte do respetivo titular.

A legitimidade para requerer as providências adequadas cabe:

- Cônjuge
- Qualquer descendente
- Qualquer ascendente
- Qualquer irmão ou sobrinho
- Qualquer herdeiro

Se a morte resultar da lesão destes direitos, então a responsabilidade civil ou as providências adequadas efetuam-se de acordo com os **artigos 495º e 496º**.

Artigo 80º: direito à reserva sobre a intimidade da vida privada: Este direito pretende defender quaisquer violações à paz, o resguardo, a tranquilidade de uma esfera íntima da vida.

O nº2 deste artigo prevê a possibilidade de a extensão da reserva variar conforme a natureza do caso e a condição das pessoas.

Por exemplo, se uma pessoa casada quer saber se a outra cometeu adultério, a imiscuição na sua vida privada é permitida para fins da possível ação de divórcio e por interesse da fidelidade. Há situações que, pela sua natureza, permitem a imiscuição na vida privada, por esta ser essencial para fazer valer determinados direitos – princípio de concordância prática entre os direitos conflituantes.

Outro exemplo são as personalidades públicas. Estas não têm a extensão do direito à reserva da vida privada como as pessoas que não são personalidades públicas.

Artigo 79º: Direito à imagem: É sempre necessário o consentimento da pessoa para efeitos de exposição, reprodução ou lançamento no comércio da sua imagem, uma vez que só a pessoa em causa pode dispor da sua imagem.

Quando se trate de uma situação justificada pela notoriedade da pessoa, do cargo que desempenhe, exigências de polícia ou de justiça, finalidades científicas, didáticas ou culturais, ou quando a reprodução de imagem vier enquadrada na de lugares públicos, ou na de pactos de interesse público ou que hajam decorrido publicamente, não é necessário o consentimento da pessoa.

Mesmo nestes casos, se do facto resultar prejuízo para a honra, reputação ou simples decore da pessoa retratada o retrato não pode ser exposto, reproduzido ou lançado no comércio.

Artigo 72º: Direito ao nome: O direito ao nome abrange a faculdade de o usar para exprimir a identidade própria e de exigir que os outros, nas relações sociais, o atribuam ao seu titular. Abrange igualmente a faculdade de defender o uso exclusivo do nome contra uma “usurpação” por parte de terceiro.

A violação do direito ao nome desencadeia a responsabilidade civil do infrator, desde que haja danos.

O titular do nome não pode utilizá-lo para prejudicar interesses de quem tiver nome total ou parcialmente idêntico.

Associado ao direito ao nome surge o direito ao pseudónimo (Artigo 74º), segundo o qual “o pseudónimo, quando tenha notoriedade, goza da proteção conferida ao próprio nome”.

O facto de os direitos de personalidade serem irrenunciáveis, não impede a eventual relevância do consentimento do lesado: não produz a extinção do direito e tem um destinatário que beneficia dos seus efeitos. A limitação voluntária ao exercício dos direitos de personalidade deve, todavia, para ser válida como negócio jurídico ou para ser relevante como circunstância que exclui a ilicitude do ato lesivo e consequentemente a responsabilidade civil do lesante, ser conforme aos princípios da ordem pública (Artigos 81º e 280º).

Por exemplo, é possível limitar voluntariamente o direito à integridade física para se proceder a intervenções médicas consentidas.

O consentimento do lesado, quando nulo ou ilegal, não faz perder ao ato violador do direito o seu carácter de ilicitude e consequentemente não isenta o autor deste da obrigação de indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação. Todavia, em muitos destes casos é pertinente invocar o artigo 570º sobre influência da culpa do lesado sobre o quantum da indemnização.

6. As pessoas coletivas

Uma **pessoa coletiva** consiste numa organização de pessoas ou bens, a que a lei atribui personalidade jurídica, isto é, que pode ser titular de direitos e obrigações.

As pessoas coletivas podem ser públicas ou privadas e civis ou comerciais

Pessoas jurídicas civis:

- Associações
- Fundações
- Sociedade Civil

Pessoas jurídicas comerciais:

- Sociedades comerciais
 - Sociedade em nome coletivo
 - Sociedade por quotas
 - Sociedade anónima
 - Sociedade em comandita
- Sociedade unipessoal por quotas

Normalmente, as **pessoas coletivas privadas** tanto podem prosseguir o lucro como não ter fins lucrativos, enquanto as **pessoas coletivas públicas**, regra geral, prosseguem o bem-estar público.

6.1 Classificações das pessoas coletivas civis

A distinção entre associações, fundações e sociedades é feita pelo **artigo 157º, C**, onde se estabelece que as disposições do capítulo respetivo ("Pessoas Coletivas"), são aplicáveis diretamente às associações, fundações e às sociedades mas apenas quando a analogia das situações o justifique.

Daqui resulta que:

- As **associações** são pessoas coletivas de substrato pessoal que não tenham por fim a obtenção de lucros para distribuir pelos sócios.
- Só podem obter personalidade jurídica as **fundações** cujo fim for o interesse social, não podendo estas ter um fim particular de uma pessoa ou de uma família determinada.
- Só são pessoas jurídicas, as **sociedades comerciais** e as **civis em forma comercial**. Não se lhes aplicam diretamente as disposições do capítulo referente às pessoas coletivas, mas sim as referentes ao contrato de sociedade (artigos 980º e ss.) e ao Código das Sociedades. As sociedades prosseguem uma finalidade económica lucrativa.

Esta classificação tripartida, não tem na sua base um critério unitário:

- As associações e as sociedades são modalidades das pessoas coletivas com um substrato pessoal, que se opõem às fundações, que têm um substrato patrimonial;
- As associações e as fundações opõem-se às sociedades, na medida em que as últimas visam fins lucrativos e as primeiras não. Aliás, esta é uma condição para que sejam reconhecidas como tal.

6.1.1 O substrato pessoal ou patrimonial

O **elemento pessoal** corresponde à coletividade de indivíduos que se agrupam para a realização de uma finalidade comum. É, portanto, o conjunto de associados.

O **elemento patrimonial** corresponde ao complexo de bens afetados à prossecução de certos interesses. Os portadores destes interesses são pessoas singulares – os chamados beneficiários.

6.2 Princípios fundamentais

Liberdade de associação - Artigo 46º, CRP

Neste artigo declara-se a liberdade de constituir associações, com algumas contrapartidas:

- Não podem promover a violência;
- Os seus fins não podem ser contrários à lei penal;
- Não podem ser associações armadas nem de tipo militar, militarizadas ou paramilitares;
- Não podem defender ideais racistas ou que perfilhem a ideologia fascista;

Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação, ou a nela permanecer contra sua vontade. Assim, todo e qualquer mecanismo que possa ser tido como uma sanção na sequência da desfiliação de uma associação é nulo por contrariedade à lei constitucional.

“As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas atividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial.”

Liberdade de iniciativa económica privada – Artigo 61º/1, CRP

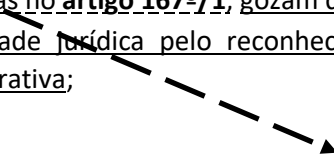
“A iniciativa económica privada exerce-se livremente nos quadros definidos pela Constituição e pela lei, tendo em conta o interesse geral”.

Direitos de personalidade das pessoas jurídicas

- Artigos 158º e ss. do CC.

6.2.1. Os direitos de personalidade

Aquisição de personalidade – artigo 158º, CC

- As associações constituídas por escritura pública ou por outro meio legalmente admitido, que contenham as especificações referidas no artigo 167º/1, gozam de personalidade jurídica;
 - As fundações adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento, o qual é individual e da competência da autoridade administrativa;
- 
- Bens e serviços com os quais os associados concorrem para o património social
 - Denominação
 - Fim
 - Sede
 - Forma de funcionamento
 - Duração

Capacidade de gozo – artigo 160º, CC

A **capacidade de gozo** das pessoas coletivas está limitada, no sentido de excluir aqueles direitos que realizam fins próprios exclusivos da pessoa Humana e ainda todos os direitos que não se integram nem são convenientes à prossecução dos respetivos fins – princípio da especialidade. Dito isto, todos os atos praticados fora do objeto da pessoa coletiva são anuláveis.

Elementos essenciais para a aquisição de personalidade

- Ato de constituição
- Estatutos
- Forma: escritura pública, sem prejuízo do disposto em lei especial (artigos 168º/1 e 185º)
- Para “associações na hora”, documento particular com reconhecimento presencial de assinaturas. (Lei nº40/2007, de 24 de agosto, art. 7º/1, c e d)

Regime jurídico

- Regras gerais – artigos 157º a 166º: aplicam-se a associações, fundações e associações sem personalidade jurídica e comissões especiais;
- Associações – artigos 167º e ss: aplicam-se estas regras, combinadas com as gerais;
- Fundações – artigos 185º e ss: aplicam-se estas regras, combinadas com as gerais e algumas regras sobre associações (por remissão legal)

6.3. As associações

Artigo 158º (Aquisição de personalidade)

As associações constituídas por escritura pública ou por outro meio legalmente admitido, que contenham as especificações do nº1, do artigo 167º, gozam de personalidade jurídica.

Artigo 167º (Ato de constituição e estatutos)

1. O **ato de constituição da associação** especificará os bens ou serviços com que os associados concorrem para o património social, a denominação, fim e sede da pessoa coletiva, a forma do seu funcionamento, assim como a sua duração, quando a associação se não constitua por tempo indeterminado.”

2. Os estatutos podem especificar ainda os direitos e obrigações dos associados, as condições da sua admissão, saída e exclusão, bem como os termos da extinção da pessoa coletiva e consequente devolução do seu património.

- Tanto o ato de constituição como os estatutos, e ainda eventuais alterações, devem constar de escritura pública e, para serem eficazes em relação a terceiros, ser publicados em Diário da República.
- Por força do artigo **158º-A, CC**, é nula a constituição de pessoas coletivas cujo objeto seja física ou legalmente impossível, contrário à lei, indeterminável, contrário à ordem pública ou ofensivo dos bons costumes. Nestes casos, deve o Ministério Público promover a declaração judicial da nulidade.

É através dos **contratos de associação** que se constituem associações, não existindo modo alternativo de formação de associações de direito privado.

Deste modo, a posição jurídica de associado só se pode adquirir por:

- Participação no contrato constitutivo;
- Ato posterior de adesão/admissão;

As associações não são criadas para dar prejuízo. Os seus lucros devem ser reinvestidos para prossecução do seu fim. Ainda que a palavra lucro possa significar um acréscimo patrimonial, pode também significar uma poupança (não incorrer num gasto que normalmente se faria).

Quando uma associação paga as suas despesas, existe uma situação de lucro por parte dos seus associados que não têm de incorrer num gasto que normalmente fariam nestes pagamentos.

Doutrinariamente, defende-se que as associações não estão impedidas de desenvolver atividades comerciais, contando que estas sejam acessórias em relação aquilo que seja o seu objeto – princípio da acessoriedade.

Em França, por exemplo, olha-se para o volume global da associação e vê-se o volume da faturação da atividade comercial que esta desenvolve: se a maior parte da faturação for gerada pela atividade comercial, não existe acessoriedade, existe principalidade.

Em Portugal, não funciona desta forma: a acessoriedade é em relação ao principal objeto da associação, não se relacionando com o volume de faturação.



Uma associação não tem uma atividade comercial quando esta se considere uma atividade económica.

Por exemplo, uma loja de recordações de um museu não pode ser uma atividade comercial porque o preço de entrada do museu não é fixado pelo jogo da oferta/procura.

Reconhecimento normativo

- Escritura pública, sem prejuízo do disposto em lei especial (**artigo 168º/1 e 185º**);
- Documento particular, com reconhecimento presencial de assinaturas, para criação de associações na hora (**Lei nº 40/2007, de 24 de agosto**);
- Registo não é, em regra, necessário para a atribuição de personalidade jurídica, embora seja requisito para a sua oponibilidade a terceiros;

Número de contraentes

Não se exige um número mínimo, embora a natureza contratual das associações exija a participação de pelo menos duas pessoas.

Em alguns casos, a lei pressupõe a atribuição de determinados direitos a um maior grau de representatividade da associação, definida em função do número de associados (exemplo: partidos políticos, associações de consumidores).

Situações jurídicas ativas e passivas numa associação

Existe um **lado passivo**, que se manifesta na eventual obrigação de uma contribuição pecuniária inicial (jóia) e na eventual obrigação de contribuição subsequente e periódica (quotas), e de deveres com conteúdo variado.

Dentro deste lado passivo salientam-se dois institutos:

- **Poder disciplinar:** um ou mais órgãos da associação podem ter poder disciplinar sobre os associados podendo, até, aplicar sanções que podem ir até à exclusão do associado (167º/2, CC).
- **Responsabilidade pelas dívidas:** princípio geral de que pelas dívidas de uma pessoa responde apenas o seu património (601º, 817º, 198º à contrario).

Existe, ainda, um **lado ativo** que se relaciona com:

- Direitos de participação e de voto na AG
- Direitos de convocação da AG (173º/2)
- Direito de impugnação das deliberações (178º)
- Outros direitos previstos nos estatutos

No que toca ao direito ao património, não é possível o reembolso das contribuições aos associados. Estes devem deliberar sobre o destino do património, tendo em conta os fins da associação.

Pode existir uma desigualdade das contribuições, no sentido em que alguns associados podem ser beneficiados, nos termos dos estatutos por titularidade de órgãos, direitos especiais de voto...

Obrigações das associações

Ao conjunto de preceitos que definem a organização formal das pessoas coletivas dá-se a designação de **estatuto (167º/2)**.

A pessoa coletiva não tem meios naturais de atuação (como as pessoas físicas singulares), o Direito tem de atribuir à pessoa coletiva instrumentos jurídicos aptos a assegurar a sua atuação – são os chamados **órgãos** - constituem o instrumento jurídico através do qual se conjugam as vontades individuais que formam e manifestam a vontade da pessoa coletiva.

Aos órgãos são atribuídos certos poderes para a realização dos interesses prosseguidos pela pessoa coletiva. Tratam-se de **poderes funcionais**. Este conjunto de poderes atribuídos a cada órgão constitui a sua competência e as pessoas singulares que os vão exercer são os titulares dos órgãos.

Nas associações, é obrigatória a existência de três órgãos, previstos nos **artigos 162º, 170º e ss:**

- Um órgão colegial de administração
- Um conselho fiscal
- Uma assembleia geral

Fora estas limitações, podem os associados prever outros órgãos, ditos facultativos, e atribuir-lhes poderes que não interfiram com a competência necessária dos órgãos obrigatórios. A criação de órgãos facultativos pode ser feita no próprio título constitutivo da associação ou ser apenas nele prevista, dependendo de deliberação tomada posteriormente por outro órgão da associação - administração ou assembleia geral – tudo depende do que vier disposto no ato constitutivo ou norma estatutária.

6.3.1 Associações sem personalidade jurídica

As **associações sem personalidade jurídica** constituem situações em que um conjunto de pessoas se organiza para prosseguir um fim não lucrativo.

No caso das associações com personalidade jurídica, essa associação tem individualidade jurídica por ter um fundo comum, uma denominação... tudo o que a identifique como ente singular. Às associações sem personalidade jurídica são aplicáveis as regras estabelecidas pelos seus associados e, supletivamente, as que

a lei dispõe para as associações (**artigo 195º/1**). Mesmo sem personalidade jurídica, estas associações têm sempre personalidade judiciária – “susceptibilidade de ser parte”.

Estas associações, não têm, em princípio, património propriamente dito. Têm antes um fundo comum (artigo 196º) que consiste na existência de um património mas que não pertence à associação, pertencendo, sim, aos seus associados. Este fundo comum responde pelas dívidas relacionadas com a atividade associativa. Isto é, o fundo encontra-se afeto à atividade da associação mas pertence aos associados que são quem tem personalidade jurídica.

Exemplo: Se eu e um conjunto de pessoas fizermos uma associação e cada um de nós contribuir com um computador, e esses computadores constituírem o fundo da associação, nenhum de nós pode ir buscar esses bens em caso de dívidas pessoais. O fundo comum pertence aos associados, sendo afeto aos fins da associação. O fundo comum é imune às dívidas pessoais dos associados, o que não quer dizer que os credores não possam atacar estes bens através de uma impugnação pauliana.

Artigo 197º (Liberalidades)*

1. As liberalidades em favor das associações sem personalidade jurídica consideram-se feitas aos respetivos associados, nessa qualidade, salvo se o autor tiver condicionado a deixa ou doação à aquisição da personalidade jurídica; neste caso, se tal aquisição se não verificar dentro do prazo de um ano, fica a disposição sem efeito.
2. Os bens deixados ou doados à associação sem personalidade jurídica acrescem ao fundo comum, independentemente de outro ato de transmissão.

*Donativo feito por indivíduo

Artigo 198º: Em primeiro lugar, responde sempre o fundo comum e nunca o património pessoal dos associados. Porém, se este for insuficiente, responde, primeiramente, o património daquele que tiver contraído a dívida. Se o ato for praticado pro mais do que uma pessoa, respondem todas solidariamente.

Mecanismo de tríplice responsabilidade:

1. Fundo comum
2. Património dos associados diretamente responsáveis
3. Património dos associados, ainda que não responsáveis: neste patamar, a responsabilização opera na medida da sua contribuição para o fundo comum. Esta previsão faz pouco sentido porque penaliza os que mais contribuíram mesmo que não tenham nada a ver com a contração da dívida. Da mesma forma, a responsabilização desta forma entra em contradição com aquilo que é o destino da associação se estiver em causa a dissolução da mesma. É que se isto acontecer, o património é distribuído de forma igual entre todos independentemente da quota de contribuição de cada um para o fundo comum. Funciona desta forma porque se aplica o regime previsto para as associações com personalidade jurídica. Quem acaba por ser penalizado são, então, os associados mais generosos.

6.3.2 Extinção de associações

De acordo com o **artigo 182º**, a extinção das associações dá-se por:

- Deliberação da Assembleia Geral
- Decurso do prazo, se tiverem sido constituídas temporariamente
- Verificação de qualquer outra causa extintiva prevista do ato de constituição ou nos estatutos
- Falecimento ou desaparecimento de todos os associados
- Decisão judicial:
 - Quando o seu fim se tenha esgotado ou tornado impossível
 - Quando o seu fim real não coincida com o fim expresso no ato de constituição ou nos estatutos
 - Quando o seu fim seja sistematicamente prosseguido por meios ilícitos ou imorais
 - Quando a sua existência se torne contrária à ordem pública

Extinta a associação, os poderes dos seus órgãos ficam limitados à prática dos atos meramente conservatórios e dos necessários, quer à liquidação do património social, quer à ultimate dos negócios pendentes; pelos atos restantes e pelos danos que deles advenham à associação respondem solidariamente os administradores que os praticarem (**artigo 184º**).

6.4. As fundações

Uma **fundação** consiste numa pessoa coletiva (pública ou privada), cujo elemento fundamental é um conjunto de bens afetados de forma permanente à realização de determinada finalidade, de natureza altruística.

As fundações assumem um papel preponderante enquanto parceiras do Estado, na busca de um maior desenvolvimento social e económico. Desempenham um papel muitas vezes sucedâneo do Estado, uma vez que prestam os seus serviços em áreas em que o setor estatal se mostra insuficiente.

As fundações exigem uma massa de bens que compõem o seu elemento patrimonial, à qual se dá o nome de **dotação**.

Instituição das fundações

As fundações são instituídas por um ato unilateral do fundador de afetação de uma massa de bens a um fim de interesse social. Este ato deve assumir a forma de escritura pública.

O fundador deve incluir no ato de instituição:

- O fim da fundação
 - A especificação dos bens que lhe são destinados
 - As normas disciplinadoras da fundação
-
- O ato de instituição pode ser um ato entre vivos ou testamentário, caso se dê na sequência de ato de vontade de um falecido (185º/1).

Reconhecimento das fundações

O reconhecimento das fundações pode ser feito individualmente ou por concessão. Este reconhecimento tem por base um ato individual e discricionário de uma autoridade pública que, perante cada caso concreto, personificará ou não a fundação.

Só a fundação cujo fim seja considerado de interesse social pela entidade pública competente para o seu reconhecimento poderá ser objeto deste e, consequentemente, se constituirá validamente.

O reconhecimento pode ser negado em três circunstâncias, de acordo com o **artigo 188º/3**:

1. Se os fins da fundação não forem considerados de interesse social;
2. Se o património afetado for insuficiente ou inadequado – aplicação do nº5 do mesmo artigo;
3. Se os estatutos apresentarem alguma desconformidade com a lei;

A transformação da fundação

O **artigo 190º** prevê as situações em que a fundação pode ser afetada a um fim diverso daquele para que se instituiu. Isto pode ocorrer mediante três situações:

1. Quando tiver sido inteiramente preenchido o fim para que foi instituída ou se este se tiver tornado impossível;
2. Quando o fim da fundação deixe de revestir interesse social;
3. Quando o património se torne insuficiente para a prossecução do fim inicialmente visado;

Mesmo que o fim para o qual a fundação foi criada se altere, este deve sempre aproximar-se, na medida do possível, do fim fixado pelo fundador (artigo 190º/3).

A mudança de fim não é procedente se o ato de instituição o proibir ou prescrever a extinção da fundação (artigo 190º/4).

A extinção das fundações

Existem vários motivos que podem conduzir à extinção de uma fundação, estando estes previstos no **artigo 192º**:

- Decurso do prazo (caso tenha sido constituída temporariamente)
- Verificação de qualquer causa extintiva prevista no ato de instituição
- Encerramento do processo de insolvência
- Nestes casos, a administração da fundação deve comunicar à entidade competente para o reconhecimento o facto extintivo da fundação, de modo a que esta declare, efetivamente, a extinção.

As fundações podem, ainda ser extintas:

- Pela entidade competente para o seu reconhecimento
 - Quando o seu fim se tenha esgotado ou tornado impossível
 - Quando as atividades desenvolvidas verifiquem que o fim real não coincide com o fim previsto no ato de instituição
 - Quando não tiverem sido realizados quaisquer atividades relevante no prazo de três anos
- Por decisão judicial
 - Quando o fim seja prosseguido por meios ilícitos ou imorais
 - Quando a sua existência se torne contrária à ordem pública

A extinção tem como **efeitos** a abertura de um processo de liquidação do seu património (artigo 194º), ficando este ao encargo da entidade competente para o reconhecimento.

Na falta de providências especiais em contrário, aplica-se o disposto no **artigo 184º**.

6.5. As comissões especiais

As **comissões especiais** são comissões especialmente constituídas para realizar qualquer plano de socorro ou beneficência ou promover a execução de obras públicas, monumentos, festivais, exposições... que não têm personalidade jurídica, por não preencherem os requisitos para tal. Apesar disto, têm personalidade judiciária.

As Comissões especiais devem solicitar ao Registo Nacional de Pessoas Coletivas, no prazo máximo de 90 dias a contar da sua verificação, a inscrição da finalização das formalidades legais de constituição.

Artigo 200º: Os membros da comissão e os encarregados de administrar os fundos da mesma são solidariamente responsáveis pela conservação dos fundos e pela sua afetação ao fim enunciado.

Respondem, também solidariamente, os membros da comissão pelas obrigações contraídas em nome dela.

Artigo 201º: Caso os fundos angariados se verifiquem insuficientes, o fim a que se destinavam se tornar impossível, ou restar algum saldo depois de satisfeito o fim, os bens terão a aplicação prevista no ato constitutivo da comissão. Se nenhuma aplicação tiver sido prevista e a comissão não quiser aplicar os bens a fins análogos, fica a cargo da autoridade administrativa decidir do seu destino.

6.6. As sociedades

Existem, essencialmente, dois tipos de sociedades: as sociedades civis e as sociedades comerciais. De entre estas, apenas as sociedades comerciais e as sociedades civis constituídas sob a forma comercial são dotadas de personalidade jurídica.

Sociedades comerciais são aquelas que têm por objeto a prática de atos de comércio e adotem um dos seguintes tipos de sociedade em nome coletivo:

- | | | |
|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Sociedade por quotas• Sociedade anónima• Sociedade em comandita simples• Sociedade em comandita por ações | } | As sociedades que tenham por objeto a prática de atos de comércio devem, mesmo, adotar um dos tipos referidos |
|--|---|---|

Sociedades civis são aquelas que tenham exclusivamente por objeto a prática de atos não comerciais. As sociedades civis podem constituir-se sob a forma comercial, segundo qualquer um dos quatro tipos de sociedade comercial, sendo esta a única forma de adquirirem personalidade jurídica.

Vejamos os tipos de sociedades conhecidos:

- **Sociedades em nome coletivo** – Caracterizam-se pela responsabilidade pessoal e ilimitada perante os credores sociais, subsidiariamente em relação à sociedade e solidariamente com os outros sócios.
- **Sociedades por quotas** – Os sócios não respondem pelas dívidas da sociedade. No entanto, são responsáveis solidariamente por todas as entradas convencionadas no contrato social, isto é, respondem para com a sociedade pela realização da sua quota, e ainda para com os demais, pelas prestações devidas à sociedade por algum dos outros membros.
- **Sociedades anónimas** – Os sócios estão isentos de responsabilidade pessoal pelas dívidas da sociedade e os credores sociais só se podem pagar pelos bens sociais; o capital social está dividido em frações a cada uma das quais corresponde uma ação. Assim, cada sócio tem a sua responsabilidade limitada pelo montante das suas ações respetivas.
- **Sociedades em comandita** – São uma combinação entre os tipos anteriores, pois os sócios que nelas intervêm podem assumir diferentes tipos de responsabilidade dos acima verificados.

7. Noção e modalidades do casamento

7.1. Noção de casamento civil

De acordo com o **artigo 1577º do CC**, o **casamento** “é o contrato celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida”.

Com a Lei nº9/2010, de 31 de Maio, deixou de ser exigida a diversidade de sexo das partes.

Sobre o casamento destacam-se as seguintes características:

- **Contratualidade** - o casamento nasce de duas declarações de consentimento dos nubentes em sentido convergente;
- **Assunção do compromisso recíproco de plena comunhão de vida** – traduz-se em deveres particulares consagrados no artigo 1672º: respeito, fidelidade, coabitação, cooperação e assistência;
- **Pessoalidade** – é um contrato pessoal porque na sua realização é indispensável a presença dos próprios contraentes, ou de um deles e do procurador do outro; é pessoal também porque se projeta principalmente na esfera pessoal do contraente;
- **Solenidade** – é um contrato solene porque a celebração do casamento está sujeita a uma forma estabelecida na lei (1615º), que visa levar as partes a refletirem antes de se vincularem e contrasta com a informalidade da constituição da união de facto.

7.2. Modalidades do casamento

O casamento civil não é a única modalidade de casamento, há também o casamento católico (1587º).

O **casamento católico** é uma verdadeira modalidade de casamento no OJ português, uma vez que este admite a eficácia civil do Direito Canónico na regulamentação de aspetos não meramente formais do casamento católico. De acordo com o **artigo 1625º**, os tribunais e repartições eclesiásticas têm competência para conhecer das causas de nulidade do casamento católico e da dispensa do casamento rato e não consumado (produzindo efeitos civis, nos termos do **artigo 1626º**).

Outro é o tratamento dado pelo Estado português aos demais casamentos religiosos. Aos **casamentos religiosos não católicos** celebrados perante o ministro do culto de uma igreja ou comunidade religiosa radicada no país são reconhecidos efeitos civis (art. 19º, nº1, da Lei da Liberdade Religiosa). Contudo, estes casamentos estão inteiramente sujeitos ao regime que vigora para o casamento civil, pelo que constituem casamentos civis celebrados sob forma religiosa.

7.3. Promessa de casamento

7.3.1 Noção e requisitos da promessa de casamento

A **promessa de casamento** é o contrato pelo qual duas pessoas se comprometem a contrair matrimónio. Trata-se de um contrato-promessa de casamento, pelo que, na falta de disposições específicas, se aplicam as regras gerais do contrato-promessa e, em seguida, as regras gerais dos negócios jurídicos.

Deste modo, no campo dos requisitos da promessa do casamento, é fundamental atender ao **art. 410º, nº1**, que determina a aplicação ao contrato-promessa das disposições legais relativas ao contrato prometido, “excetuadas as relativas à forma e as que, por sua razão de ser, não se devam considerar extensivas ao contrato-promessa”.

À luz daquele preceito, a capacidade exigida para a promessa de casamento é a mesma que se requer para a celebração do casamento (isto remete-nos para os **artigos 1600º e ss.** do CC).

Em contrapartida, no domínio do consentimento, a promessa está sujeita às regras gerais dos negócios jurídicos: o objeto da promessa de casamento deve ser legalmente possível (**280º, nº1**); a validade da promessa não depende da observância de forma especial (**219º**) e não se impõe uma declaração expressa (**217º**).

São exemplos de celebração do contrato-promessa do casamento o pedido de casamento, uma vez aceite, ou a oferta do anel de noivado a um dos namorados que o recebe e coloca no dedo.

7.4. Requisitos do casamento civil

7.4.1 Capacidade

7.4.1.1 Impedimentos matrimoniais em geral

Têm capacidade para contrair casamento todos aqueles em quem não se verifique algum dos impedimentos matrimoniais (**1600º**). Os impedimentos matrimoniais são apenas os tipificados na lei.

Havendo impedimentos matrimoniais, o casamento não deve ser realizado. Se o vier a ser, pode determinar as seguintes consequências:

- Anulabilidade do ato (**1631º, al. a**);
- Aplicação de sanções às partes de carácter patrimonial (**1649º + 1650º**);
- Sujeição a responsabilidade civil, penal ou disciplinar do funcionário do registo civil.

Classificação dos impedimentos:

- **Nominados e inominados** – os primeiros constam dos artigos **1601º, 1602º e 1604º**; os segundos consistem na proibição do casamento civil de duas pessoas unidas entre si por matrimónio católico anterior não dissolvido, consagrado no **artigo 1589º, nº2**.
- **Absolutos ou relativos** – os impedimentos absolutos obstam à celebração de um casamento por uma pessoa seja com quem for (são verdadeiras incapacidades – Ex: anomalia psíquica); os impedimentos relativos são aqueles que obstam à realização de um casamento entre certas pessoas;
- **Dirimentes e impedientes**;
- **Suscetíveis de dispensa ou insuscetíveis de dispensa** – os primeiros não contestam a celebração do casamento se houver um ato de autorização de uma autoridade; os segundos não permitem a celebração independentemente de qualquer autorização.

Nota: todos os impedimentos dirimentes são insuscetíveis de dispensa, mas alguns impedimentos impedientes são suscetíveis de dispensa (**1609º, nº1**).

7.4.1.2. Impedimentos dirimentes

A celebração do casamento com impedimentos dirimentes acarreta a anulabilidade do ato (**1631º, al. a**). Mas a anulação tem de ser decretada por sentença em ação especialmente intentada para esse fim (**1632º**).

Nos termos do **art. 1639º, nº1**, têm legitimidade para intentar ou prosseguir a ação:

- Os cônjuges
- Qualquer parente deles na linha reta ou até ao 4º grau da linha colateral
- Os herdeiros e adotantes dos cônjuges
- O MP (dado o interesse público da ação)

O **art. 1601º** enumera os impedimentos dirimentes absolutos:

- a) A idade inferior a 16 anos;
- b) A demência notória, mesmo durante os intervalos lúcidos, e a interdição ou inabilitação por anomalia psíquica;
- c) O casamento anterior não dissolvido.

Quanto à **alínea b)**, esta aplica-se aos casos de demência de direito (interdição e inabilitação por anomalia psíquica) e demência de facto. Esta última, não tendo sido reconhecida em sentença de interdição ou inabilitação, tem de ser notória e habitual. A demência notória impede o casamento mesmo que este tenha sido celebrado num intervalo lúcido.

O impedimento a que faz referência a **al. c)** destina-se a evitar a bigamia, sendo que esta é punida pelo Código Penal.

Este impedimento cessa com a dissolução do casamento anterior, que pode ocorrer, normalmente, por morte ou por divórcio.

O **art. 1602º** enumera os impedimentos dirimentes relativos:

- a) O parentesco na linha reta;
- b) O parentesco no segundo grau da linha colateral;
- c) Afinidade na linha reta;
- d) A condenação anterior de um dos nubentes, como autor ou cúmplice, por homicídio doloso contra o cônjuge do outro.

7.4.1.3. Impedimentos impedientes

Correspondem a circunstâncias que, embora obstem ao casamento, não o tornam anulável se ele chegar a celebrar-se, podendo no máximo uma das partes sofrer uma sanção de carácter patrimonial (**1649º + 1650º**).

O **art. 1604º** enumera os impedimentos impedientes:

- a) A falta de autorização dos pais, do tutor ou do conservador do registo civil para o casamento do nubente menor;
- b) O prazo internupcial;
- c) O parentesco no terceiro grau da linha colateral;
- d) O vínculo de tutela, curatela ou administração legal de bens;
- e) O vínculo de adoção restrita;
- f) A pronúncia do nubente pelo crime de homicídio doloso contra o cônjuge do outro, enquanto não houver despronúncia ou absolvição por decisão transitada em julgado;

Existem outros impedimentos impedientes estabelecidos em lei especial. Há também um impedimento impediente previsto no CC à margem do referido **art. 1604º**: o impedimento do casamento civil de duas pessoas unidas entre si por matrimónio católico anterior não dissolvido (**1589º, nº2**).

Os impedimentos da falta de autorização e do prazo internupcial são absolutos. Todos os restantes são relativos.

Note-se que o impedimento impediente da **al. a) do art. 1604º** aplica-se aos menores de 16 e 17 anos de idade, dado que a idade inferior a 16 anos constitui um impediente dirimente, como vimos anteriormente.

Se o menor casar sem ter obtido a autorização dos pais ou do tutor, ou o respetivo suprimento, ele não fica plenamente emancipado (**133º**).

As **alíneas c), d) e e)** correspondem aos únicos impedimentos suscetíveis de dispensa.

7.5. O consentimento matrimonial

O contrato de casamento exige o mútuo consentimento das partes, que tem de ser exteriorizado no próprio ato (**art. 1617º**, que consagra o princípio da atualidade do consentimento). O **art. 1619º** estabelece o princípio do carácter pessoal do consentimento, do qual resulta a necessidade de a vontade de contrair matrimónio ser manifestada pelos próprios nubentes. A representação só é lícita nos termos em que a lei admite o casamento por procuração. O casamento em cuja celebração tenha faltado a declaração de vontade de um ou de ambos os nubentes, ou do procurador de um deles, é juridicamente inexistente (1628º, al. c).

À declaração, prestada pelas partes na cerimónia do casamento, deve estar subjacente a vontade de contrair matrimónio, o que pressupõe a existência de uma declaração negocial e a coincidência entre a vontade e a declaração. Além disso, a vontade deve ser livre e esclarecida. A lei presume que à declaração de vontade, no ato de celebração, corresponde uma vontade de casar e uma vontade que não está viciada por erro ou coação (**1634º**).

7.6. Efeitos do casamento

Todos os casamentos, independentemente da modalidade ou forma, se regem, quanto aos efeitos civis, pelas normas legais (**art. 36º, nº2 da CRP + 1588º do CC**). E as normas da lei portuguesa que disciplinam o regime da relação conjugal não distingue em razão do casamento que foi celebrado. O casamento civil sob forma civil, o casamento católico e o casamento civil sob forma religiosa produzem efeitos civis idênticos.

Os **efeitos legais do casamento** consistem na aquisição do estado de casado e na sujeição das partes ao regime inerente, o que se exprime, designadamente, na vinculação aos chamados deveres dos cônjuges.

Enquanto regime, o casamento adquire importância fundamental no Direito da Família. O casamento é alvo de atenção legislativa por causa dos seus efeitos. O casamento muda juridicamente a vida das pessoas e esta mudança não é algo que somente diga respeito aos cônjuges. Trata-se de um fenómeno dotado de relevância social.

No **art. 1577º** encontra-se a imagem ideal do casamento como plena comunhão de vida. A união conjugal deve traduzir-se numa comunhão íntima, extensa e profunda de duas vidas.

O que avulta no casamento é a dimensão pessoal (1672º), pois a dimensão patrimonial, embora exista, não fundamenta a existência e a proteção do casamento.

Como decorre dos artigos **1618º**, **1698º** e **1699º**, em princípio, as normas jurídicas sobre efeitos do casamento são injuntivas.

À luz do **art. 1671º, nº1**, o casamento baseia-se na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges. Os cônjuges estão reciprocamente vinculados a situações jurídicas em igual número e com igual conteúdo. Noutra vertente, o princípio implica, nos termos do **art. 1671º, nº2**, a atribuição aos membros do casal da direção conjunta da família.

O **art. 1672º** enumera os deveres recíprocos dos cônjuges:

- **Dever de respeito** – este dever surge como um reflexo da tutela geral da personalidade física e moral assegurada pelo **art. 70º, nº1**;
- **Dever de fidelidade** – impede o adultério (prática de atos sexuais com terceiro) e a infidelidade moral (ligação amorosa com terceiro);
- **Dever de coabitação** – “comunhão de leito, mesa e habitação”;

- **Dever de assistência** – corresponde a um dever estruturalmente patrimonial, envolvendo prestações suscetíveis de avaliação pecuniária: obrigação de contribuir para os encargos da vida familiar.

Quanto aos efeitos patrimoniais do casamento, nomeadamente o regime de bens, as partes podem estipular antes do casamento o regime que pretendem (1698º). No caso de não o fazerem, vigora o regime de bens supletivo.

O casamento extingue-se de três formas:

- Invalidade do casamento
- Por morte de um dos cônjuges **(1688º)**
- Por divórcio.

7.7. A União de facto

A **união de facto** traduz-se na atribuição de alguma proteção jurídica à situação de duas pessoas que se encontrem ligadas por uma relação estável e duradoura semelhante à dos cônjuges, não tendo havido, todavia, entre eles, casamento.

Direitos atribuídos pela lei aos que vivem em União de facto:

- Proteção da casa de morada de família – “Em caso de morte do membro da união de facto proprietário da casa de morada comum, o membro sobrevivente tem direito real de habitação, pelo prazo de cinco anos, sobre a mesma, e, pelo mesmo prazo, direito de preferência na sua venda”;
- Transmissão do direito ao arrendamento pode ser acordada entre os interessados em caso de separação em termos semelhantes ao do divórcio ou da separação judicial;
- “Beneficiar de regime jurídico de férias, faltas, licenças e preferência na colocação dos funcionários da Administração Pública equiparado ao dos cônjuges, nos termos da lei”;
- “Beneficiar do regime jurídico das férias, feriados e faltas, aplicado por efeito de contrato individual de trabalho, equiparado ao dos cônjuges, nos termos da lei”;
- “Aplicação do regime do imposto de rendimento das pessoas singulares nas mesmas condições dos sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens”;
- Reconhecimento às pessoas que vivam em união de facto nos termos da presente lei o direito de adoção em condições análogas às previstas para as pessoas casadas;
- Aplicabilidade do regime geral da segurança social e da lei, em caso de morte do beneficiário, desde que aquele que pretende exercer os direitos daí decorrentes vivesse com o falecido no momento da morte dele há mais de dois anos em condições análogas às dos cônjuges;
- Prestação por morte resultante de acidente de trabalho ou doença profissional, nos termos da lei;
- Atribuição de direito a alimentos a uma pessoa em caso de morte da outra;

A União de facto dissolve-se:

- Por falecimento de um dos membros;
- Por vontade de um dos seus membros;
- Pelo casamento de um dos membros;

7.8. O Parentesco

Parentesco é o vínculo que une duas pessoas, em consequência de uma delas descender da outra ou de ambas procederem de um progenitor comum (1578º).

O parentesco determina-se pelas gerações que vinculam os parentes um ao outro: cada geração forma um grau, e a série dos graus constitui a linha de parentesco **(1579º)**.

Existem duas linhas de parentesco (1580º):

- Linha reta - quando um dos parentes descende do outro;
- Linha colateral – nenhum dos parentes descende do outro, mas ambos procedem de um progenitor comum.

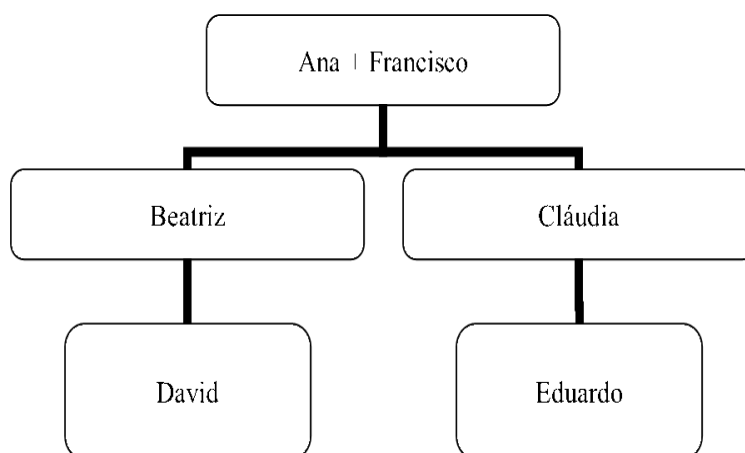
Contagem dos graus (1581º):

- Linha reta – tantos graus quantas as pessoas que forma a linha do parentesco, excluindo o progenitor comum;
- Linha colateral – contagem pela mesma forma, subindo por um dos ramos e descendo pelo outro, sem contar com o progenitor comum.

Há ainda outras linhas de parentesco a considerar, que são as linhas materna e paterna:

- Quando dois irmãos são filhos de ambos os pais, diz-se que são irmãos germanos (parentesco bilateral no 2º grau da linha colateral);
- Quando dois irmãos são filhos da mesma mãe, diz-se que são irmãos uterinos (parentesco unilateral no 2º grau da linha colateral);
- Quando dois irmãos são filhos do mesmo pai, diz-se que são irmãos consanguíneos (parentesco unilateral no 2º grau da linha colateral).

Salvo disposição da lei em contrário, os efeitos do parentesco produzem-se em qualquer grau na linha reta e até ao sexto grau da linha colateral (1582º).



8. Casos práticos

1 - António é filho de Bento e Carlota, casados um com o outro, e tem agora 17 anos. Pretendendo comprar livros para o seu curso de Direito, pediu autorização ao pai para vender a primeira edição de um romance célebre que lhe coubera por herança do avô. O Pai disse sim. António vendeu o livro por 3 mil €, comprando em seguida vários livros de estudo. Ao saber do preço (livros valiam 10 mil €) o pai pretende anular aquele ato. Pode fazê-lo?

A é menor.

O facto de os pais serem casados é tendencialmente irrelevante, porque as responsabilidades parentais com ou sem casamento são as mesmas.

A, sendo menor, tem uma incapacidade geral de exercício, pelo que não pode administrar os seus bens.

O regime da doação de bens a menores encontra-se no artigo 1888º, CC.

Nos termos do artigo 1889º, os pais não têm poder para proceder à alienação dos bens do menor.

Logo, por maioria de razão, também não podem autorizar o filho a fazê-lo.

Assim, o vício aqui presente é o da ilegitimidade da autorização concedida por B (1893º).

No entanto, de acordo com o artigo 1894º, o tribunal pode confirmar a autorização dada pelo pai.

Não sendo esta autorização legítima, o negócio celebrado por A é inválido.

Em princípio, à luz dos artigos 123º e 125º, o ato praticado pelo menor é anulável (287º).

O pai pode arguir a anulabilidade (125º, nº1, a).

2- António, de 17 anos de idade, comprou a Bento, com uma pequeníssima parte do muito dinheiro que o avô lhe tinha oferecido, uma canoa com que pretendia dedicar-se profissionalmente à pesca. A sua mãe acha que o negócio não tem qualquer sentido e, por isso, pretende anulá-lo. Bento sustenta que a mãe de António não pode anular o contrato, até porque ele não fazia ideia de que António tinha menos de 18 anos (António, na verdade, parece mais velho).

2.1- Quid juris se a mãe de António quiser anular, mas o pai for da opinião contrária?

R: A é menor, como tal carece de capacidade de exercício (123º). A sua incapacidade é suprida pela representação legal (124º).

Para anular o ato do menor basta apenas a vontade de um dos cônjuges. De outra forma, estaríamos a privilegiar a infração, no caso de apenas um dos progenitores ter autorizado o ato sem o consentimento do outro cônjuge.

Por isso, a mãe pode, se assim o entender, anular o negócio, mesmo que o pai discorde.

➔ Ver 1889º/1; 125º/2 e 288º/2

2.2- Quid juris se os pais tivessem dito a Bento que concordavam totalmente com a compra?

O dinheiro foi herdado pelo menor, por isso, à partida, não é disponível para os pais (1888º).

A concordância inicial não pode valer como confirmação para efeitos do artigo 125º. Além disso, o artigo 288º, que fala expressamente na confirmação, diz que esta só é eficaz se for posterior à cessação do vício.

Ora, neste caso, o ato não é posterior, mas sim anterior, pelo que não se pode tratar de uma confirmação. Aliás, deve considerar-se que nunca houve vício porque os pais aprovaram o negócio desde o início. Por isso, não havendo vício, não pode haver confirmação.

Também podíamos considerar que o menor, neste caso, é apenas um núncio da vontade dos pais.

Uma questão que devemos sempre ter em conta e analisar é, a questão de saber se o ato do menor foi praticado nos exatos moldes em que a autorização foi concedida.

Por outro lado, se esta afirmação foi feita posteriormente ao ato do menor, então este ato deve ser entendido como uma confirmação.

2.3 - E se o tivessem dito a António?

É irrelevante a quem os pais dizem que concordam com o negócio. A partir do momento em que os pais tomam uma atitude que revela uma concordância com o negócio celebrado (confirmação tácita ou expressa), perdem o direito à anulação. Se há confirmação, não há vício.

3 - Carlos, menor de 17 anos, falsificando o bilhete de identidade, fez-se passar por maior e comprou, com dinheiro seu, uma enorme quantidade de castanhas piladas, que quer revender. Podem os pais anular o contrato?

Carlos é menor, como tal não detém o pleno exercício dos seus direitos (123º).

Neste caso o menor usou dolo para se fazer passar por maior. Como consequência, Carlos perde o direito a arguir a anulabilidade (126º).

Devemos entender que, no caso de dolo, também os pais/representantes perdem o direito a arguir a anulabilidade porque se o direito não existe na esfera jurídica do menor, também não pode ser transferido.

No entanto, existe uma outra posição entre os juristas, na qual defendem que os pais/representantes legais continuam a poder invocar a anulabilidade.

3.1 - Suponha que Carlos e os pais morreram num acidente de viação. Podem os herdeiros de Carlos anular o negócio?

Neste caso, herdeiros nunca teriam direito a arguir a anulabilidade, porque se o direito não existe na esfera jurídica de Carlos, então não pode ser transferido por sucessão.

4- António, menor de 16 anos, sujeito ao poder paternal de Pedro, doa ao seu amigo Bernardo um valioso relógio de ouro, que lhe entrega. Pedro tem conhecimento, mas nada faz.

4.1 - Atingida por António a maioridade, pode ele anular a doação feita?

Resolução Raquel

A doação não é permitida, nem através da representação legal (949º), nem sequer com autorização do tribunal (1889º). A lei está assim a proteger os interesses do menor, que não terá qualquer benefício com a doação.

Este ato é anulável porque o menor não tem capacidade para o praticar, pelo que aplicamos os artigos 125º e 127º.

Porém, se o ato tivesse sido praticado pelos pais, este ato seria nulo porque os pais não podiam ter feito a doação, nem sequer com autorização do tribunal.

António pode anular a doação nos termos do artigo 125º, nº1, b).

Resolução Catarina

António é menor, pelo que carece de capacidade para o exercício de direitos (**artigo 123º**). A sua incapacidade é suprida pelo poder paternal, neste caso exercido pelo Pedro, conforme o **artigo 124º**.

Uma vez incapaz, e sendo que a atuação do António não se enquadra em nenhuma das exceções à incapacidade dos menores prevista no **artigo 127º**.

Por aplicação do **artigo 948º**, à contrario, presume-se que o António não poderia fazer a doação, já que também não tem capacidade para contratar e dispor dos seus bens.

De acordo com o **125º/1, b**, o negócio é anulável.

Nota: os pais não podem doar bens do menor, nem sem autorização, nem com autorização do tribunal (**artigo 1889º**). – **968º** ?

A doação só seria nula se os pais tivessem consentido.

4.2 - Suponha que António atinge a maioridade e morre um mês depois. Pode Pedro, herdeiro único de António, anular a doação feita?

Sim, nos termos da alínea c) do nº1 do art. 125º, sendo que ainda não passou um ano a contar do momento em que o menor atingiu a menoridade (125º, nº1, b).

Assim, neste caso, os herdeiros têm 11 meses para arguir a anulabilidade.

5 - Abel, maior, que há vários anos sofria de perturbações mentais, com crises periódicas, começou a revelar sintomas de agravamento da sua doença, regendo mal os seus bens. Assim, doou a Bartolomeu, que conhecera dias antes, um valioso anel de diamantes e vendeu, por preço aceitável, a Carlos, seu primo, toda a azeitona duma sua propriedade, para em seguida distribuir o dinheiro recebido por pessoas que não conhecia.

Foi requerida a sua interdição, mas o juiz só veio a decretar a inabilitação, deixando a Abel administração dos seus bens e determinando que ele só pode praticar atos de disposição com autorização do seu curador, Daniel.

O juiz tem liberdade para decidir a inabilitação, em vez da interdição.

Os atos aqui em questão são anteriores à propositura da ação, por isso aplicamos o artigo 150º, que manda tratar os negócios jurídicos antes da propositura da ação com a aplicação do regime da incapacidade accidental. O próximo passo é isolar os atos juridicamente relevantes: a doação do valioso anel, a venda, por um preço aceitável da azeitona e a doação de dinheiro a várias pessoas desconhecidas. Vamos agora, para cada um deles, aplicar o regime da incapacidade accidental (257º).

A doação do anel de diamantes, podemos considerar que Bartolomeu tinha como saber as perturbações de Abel porque à partida, não se fazem doações de elevado valor a desconhecidos. Por isso, podemos dizer que, relativamente ao primeiro negócio, haveria aqui a possibilidade de invocar a anulabilidade. Na venda da azeitona, o normal é que Carlos, sendo primo de Abel, conheça a sua incapacidade. Por outro lado, depende da proximidade e, tendo em conta que o preço foi razoável, poderíamos considerar que Carlos poderia não conhecer a incapacidade de Abel.

Na distribuição de dinheiro, obviamente que era notável a incapacidade de Abel.

Quem, após a decretação da inabilitação tem legitimidade para arguir a anulabilidade? A este respeito existem duas posições:

- Este direito de anulação é um ato de administração e, portanto, não sendo uma questão que à partida está vedada ao inabilitado, ele pode por si intentar a ação de anulação. O curador não o poderá fazer porque tratam-se de atos praticados anteriormente à decretação da inabilitação.
- O Abel não pode intentar a ação de anulação porque as razões que determinam a sua inabilitação são as mesmas que determinam a sua incapacidade de arguir a anulabilidade por incapacidade accidental. Por isso, neste caso só o curador tem legitimidade para o fazer (o direito existe na esfera jurídica do Abel).

5.1 - Vamos agora supor que foi requerida a interdição e, enquanto o processo decorria foram celebrados os negócios jurídicos acima. Mais tarde, o juiz veio a decretar a inabilitação. Quid juris?

Aplicamos o artigo 149º, sendo que este não faz distinção entre disposição ou administração.

A inabilitação ou a interdição têm de ser decretada.

A única coisa que temos que demonstrar é que os atos praticados foram prejudiciais para o Abel. A doação é obviamente prejudicial; no caso da venda da azeitona, sendo o preço aceitável, podemos dizer que não há prejuízo; a distribuição do dinheiro também é obviamente prejudicial.

Por força do artigo 156º podemos aplicar o artigo 149º, nº1, pelo que os atos prejudiciais (a doação do diamante e do dinheiro) praticados são anuláveis.

5.3 - Após o registo da sentença, Abel ainda arrendou a Eduardo, pelo prazo de 10 anos, uma quinta de que é proprietário. Quid juris?

Em primeiro lugar temos de ver se este arrendamento é um ato de disposição ou de administração. Para isso podemos utilizar o artigo 1889º que tem elencados uma série de atos de disposição.

Podemos considerar que não se trata de um ato qualificável como um ato de administração (1024º). À contrário, temos um ato de disposição. Ora, os inabilitados só podem praticar atos de disposição com a assistência de um curador (153º, nº1). Não tendo existindo esta assistência, consideramos que este ato tem um vício (anulabilidade).

Aplicamos o artigo 156º, que nos permite aplicar o artigo 148º (que permite anular o negócio). Depois aplicamos o 139º e finalmente o 125º.

6 - António foi interditado por anomalia psíquica. Alguns anos depois, curou-se e, mesmo antes de ser levantada a interdição pelo tribunal, passou a fazer a sua vida normal. Nestes termos, sem autorização nem conhecimento do seu tutor Pedro, vendeu a Carlos uma mobília muito valiosa de sua casa.

Um ano depois desta venda, foi levantada a interdição.

Pode António anular a venda referida? E Pedro?

António foi interditado (138º). É uma sentença definitiva e que foi registada (147º).

Aplicamos o artigo 148º relativos aos atos praticados após do registo da sentença, por isso em princípio o ato é anulável.

O António tem legitimidade para requerer o levantamento da interdição (151º). Isto significa que não basta a cessação da incapacidade de interdição para que o indivíduo possa exercer a sua vida normal, tem de haver um levantamento judicial. Por isso existe fundamento para a anulação do negócio jurídico. Por força do artigo 139º aplicamos o artigo 125º.

Em princípio, Pedro, sendo tutor, pode anular este ato (125º, a). Porém, Pedro já não é representante legal porque já foi levantada a interdição, pelo que já não poderá anular.

Assim, nesta hipótese só António poderia arguir a anulabilidade, desde que seja no prazo de um ano a contar do levantamento da interdição (125º, b).

7 - António e a sua família vivem na Quinta do Sossego, na qual se dedicam à agricultura. Recentemente, Bernardo decidiu instalar no terreno contíguo dez aerogeradores para rentabilizar a sua propriedade. Todavia, estes equipamentos geram ruído quando as suas pás estão em movimento (sendo que o ruído aumenta com a maior velocidade e constância do vento), o qual não ultrapassa os limites previstos no Regulamento Geral do Ruído. Posteriormente ao início de funcionamento dos aerogeradores, António e a sua família passaram a sofrer de insónias, dores de cabeça, ansiedade, fadiga, irritação e deixaram de trabalhar com o mesmo ritmos e intensidade na agricultura. Quid iuris?

Resolução da Raquel

Factos relevantes do problema:

- António e a família habitam na Quinta do Sossego, pelo que o seu descanso está a ser perturbado.
- Os geradores de Bernardo fazem ruído, porém, este ruído está dentro dos limites o regulamento geral do ruído.

Portanto, o que temos aqui é um conflito de direitos: por um lado, o direito ao descanso do António e da sua família (direito de natureza pessoal) e, por outro lado, o direito de Bernardo a explorar o seu terreno (direito de natureza patrimonial).

O problema do direito ao descanso é que é um direito atípico, não estando expressamente previsto no CC. Existe a dúvida se podemos ou não qualificá-lo como um direito de personalidade.

Havendo um conflito de direitos, poderíamos aplicar o art. 335º. O nº2 do art. 335º diz que “se os direitos forem desiguais ou de espécie diferente, prevalece o que deva considerar-se superior”. Em princípio, os direitos pessoais prevalecem sobre os direitos patrimoniais. Por isso, por aplicação do art. 335º, deve prevalecer o direito ao descanso de António. Mas esta solução implica que o Bernardo deixe de poder usar os geradores.

Não estão preenchidos os pressupostos para aplicação do art. 483º - a atuação de Bernardo não é ilícita.

Dado o disposto no art. 70º, nº2, o António e o Bernardo deveriam chegar a um acordo. Esta é a melhor solução. Os dois direitos poderiam ser conciliados se, por exemplo, se estabelecesse que o Bernardo apenas podia usar os gerados em período diurno ou que teria que instalar uma tecnologia de silenciamento.

Resolução da Catarina

Artigo 70º/1 – Critério que consagra um princípio de tutela geral da personalidade.

Todavia, Bernardo tem direito á exploração do seu território. Mas pelo outro lado, António e a sua família têm direitos de personalidade em conflito.

Artigo 335º (colisão de direitos) – “Havendo colisão de direitos iguais ou da mesma espécie, devem os titulares ceder na medida do necessário para que todos produzam igualmente o seu efeito, sem maior detrimento para qualquer das partes. Se os direitos forem desiguais ou de espécie diferente, prevalece o que deva considerar-se superior”.

É portanto, necessário verificar se os direitos são ou não da mesma espécie. Neste caso não são: temos um direito real e um direito pessoal. Assim, deve prevalecer o direito superior. Ora, não existe uma prevalência em termos absolutos. Segundo a constituição, quando há colisão de direitos deve tentar-se conciliá-los salvaguardando o núcleo essencial de cada um deles.

Artigo 496º e 483º: Como não estamos perante um facto ilícito uma vez que o barulho emitido está de acordo com o regulamento do barulho, não estamos perante um facto ilícito, pelo que estes artigos não são aplicáveis

Artigo 70º/2: Os implicados devem tentar chegar a uma solução que não impedisse o Bernardo de explorar a sua propriedade e que preservasse o António e a sua família da afetação da sua possibilidade de descanso.

8 - Daniel, conhecido apresentador de televisão, cedeu a Elias o direito de exploração comercial da sua imagem, durante 10 anos, recebendo em contrapartida a quantia anual de 20.000 euros. Passados 2 anos, Daniel arrepende-se e pretende fazer cessar os efeitos do contrato. Quid iuris?

Resposta da Raquel

Daniel cedeu a exploração comercial da sua imagem (81º, nº1). Mais tarde, Daniel vem a revogar a limitação do seu direito de personalidade (82º, nº2). A questão que se coloca é a seguinte: há lugar a indemnização?

Elias não tem direito ao cumprimento de uma limitação voluntária por parte de Daniel. O que há é uma expectativa de que Daniel irá cumprir o contrato – esta expectativa é tutelada pelo direito. Mas como o que está em causa é apenas uma expectativa, isso reduz significativamente o montante da indemnização que Elias terá a receber.

Esta cessão é destacável do direito de personalidade, porque se trata apenas de exploração comercial.

O art. 79º, à partida, inclui a exploração comercial dentro do direito à imagem. Por isso, o art. 81º, nº2, é aplicável.

A intenção do nº2 do art. 81º é restituir à pessoa a integralidade do seu direito de personalidade – mas será que esta lógica está presente nas pretensões de Daniel ao querer fazer cessar os efeitos do contrato?

Este é um negócio obrigacional e não apenas uma limitação voluntária de um direito de personalidade. Isto porque Daniel é uma personalidade notória e não um cidadão comum. Não é por os efeitos deste contrato cessarem que a imagem de Daniel deixa de estar no comércio jurídico. Se Daniel fosse um cidadão comum, aí sim, estaríamos perante uma revogação de uma limitação voluntária de um direito de personalidade.

Resposta da Catarina

Artigo 79º/1: O retrato de uma pessoa não pode ser exposto ou reproduzido sem o seu consentimento. Neste caso, houve consentimento por parte de Daniel.

Uma vez que se trata de um direito de personalidade, pode considerar-se que tenha havido uma limitação voluntária dos direitos de personalidade por parte do Daniel. De acordo com o **artigo 81º/2** “a limitação, quando legal, é sempre revogável, ainda que com obrigação de indemnizar os prejuízos causados às legítimas expectativas da outra parte”. Assim, Daniel pode fazer cessar os efeitos do contrato, ainda que, para isso, tenha de indemnizar o Elias.

Não seria necessário indemnizar o Elias porque, à partida, a periodicidade do pagamento implicava que Elias não tivesse qualquer prejuízo na sequência da revogação e não se tratou de uma situação de incumprimento do contrato. Porém pode considerar-se a frustração da expectativa de Elias motivo suficiente para haver indemnização.

Exploração vitalícia e temporária: São indiferentes, se existir uma limitação de direitos de personalidade esta é revogável a todo o tempo.

Neste caso, o âmbito de pretensão do direito à imagem tutela a exploração negocial da imagem como um negócio que está relacionado com o direito à imagem e que por isso não é destacável do direito de personalidade. Assim, por princípio, o Daniel podia revogar o seu contrato de exploração comercial do direito à imagem.

Os direitos têm um fim. Não podemos desligar um direito do fim para o qual se encontra previsto. Se o Daniel cede a exploração comercial do seu direito à imagem e depois a vem cessar, o fim que pode justificar essa revogação pode relacionar-se com a capacidade de restituição à pessoa da integralidade dos seus direitos de personalidade.

O negócio em causa acaba por ser um negócio obrigacional uma vez que, apesar de tudo, mesmo que o contrato seja revogado, a sua imagem vai manter-se reproduzida uma vez que Daniel é apresentador de televisão. Assim, é considerável que este contrato não se trate apenas de direitos de personalidade.

Uma vez que a profissão do Daniel exige que a sua imagem seja divulgada, este contrato já se torna mais num contrato obrigacional do que propriamente num contrato de cedência de imagem. Isto porque mesmo revogando o contrato, a imagem de Daniel vai continuar a ser divulgada pelo exercício da sua profissão.

9 - Em 5.5.2015, Abel vendeu a Bento o seu automóvel por 5.000 euros, tendo ficado combinado que a entrega só deveria ocorrer no dia 30.5.2015 contra o pagamento do preço. Todavia, neste dia Abel não compareceu no local e hora combinados. Enfurecido, Bento disse a Abel, através de sms: “Se não aparecer amanhã, não lhe pago”. Abel respondeu: “Desculpe, mas adormeci. Amanhã entrego-lhe o veículo”. Assim sucedeu. No dia 1.6.2015, Carlos riscou o novo automóvel de Bento com uma chave. Quando viu o sucedido, Bento ficou transtornado, tendo dito: “Não há Direito, não ficou um dia intacto”. De imediato, Bento solicitou a Daniel a reparação do seu querido automóvel, tendo pago 1.000 euros. Uma semana depois,

Bento celebrou um contrato a “Vocês Telecom, S.A.” para os serviços de televisão, internet e telemóvel, embora tivesse ficado surpreendido com a inflexibilidade demonstrada pela “Vocês Telecom, S.A.” em negociar o preço e os serviços prestados. Na semana seguinte, Bento comprou vários produtos na mercearia do Elias, tendo ficando combinado que este devia entregá-los ao final do dia na casa de Bento. Elias deixou os produtos na porta do prédio. Felismina, vizinha, resolveu levá-los para sua casa. Na manhã seguinte Bento confronta Elias: “Estive o dia todo em casa e não recebi as mercadorias”; Elias responde: “Deixei-as à sua porta”; Bento diz: “Não bateu à porta?”; Elias: “Era necessário?”. Para evitar a perda de um cliente, Elias comprometeu-se a entregar novos produtos em casa de Bento. Às 3:00 da manhã, Elias bate à porta de casa de Bento para proceder à entrega. Este abre a porta e diz: “A estas horas?!” Quid iuris?

Resposta Catarina

Contrato sinalagmático de compra e venda: artigo 874º: a transferência da propriedade opera-se com o contrato. Não há elementos para saber se a propriedade já se havia transferido para B. Vamos pressupor que a propriedade não se transferiu com o contrato, mas sim com a entrega.

A regra geral é a de que no contrato de compra e venda, a transferência da propriedade dá-se pela mera celebração do contrato. Assim, de acordo com esta regra, independentemente de ainda não ter pago o preço, B já era proprietário do carro.

Risco no carro: É de considerar a responsabilidade por facto ilícito no artigo 483º., uma vez que o direito de propriedade de B foi violado. Á partida B tem direito a uma indemnização com a finalidade de reconstituir o status quo (**562º**). O Carlos não estará obrigado a pagar os 1000 que B pagou a D uma vez que o facto foi prestado por D a B (**828º**).

Contrato com a “Vocês Telecom, S.A”: B não tem forma de negociar as disposições do contrato. O principio genérico é o **405º** sobre liberdade contratual.

Compra de produtos na mercearia: A declaração e vontade de B deve ser interpretada ao abrigo do **artigo 236º**. O principio geral é o do **artigo 762º**. Para efeitos do **772º**, a porta do prédio não é considerada domicílio. Há uma situação de má-fé da parte de Elias que deixa as mercearias á porta do prédio.

Como B não recebeu as mercearias, E estava em incumprimento, pelo que não se trata de não querer perder o cliente, mas sim de ter de cumprir a obrigação.

Ao bater à porta de B ás 3h da manhã, E atua novamente de má-fé (**762º/2**). A questão que se coloca é saber se B se poderia recusar a receber a prestação por parte de Elias com algum argumento juridicamente válido. O interesse na receção da mercadoria demandaria que Elias aceitasse a entrega do Bento.

Conduta de Felismina: Existe uma apropriação de bens alheios. Nesta circunstância o titular dos bens já era o Bento: os bens transferiram-se por meio do contrato, situação que Felismina não devia desconhecer.

10 - A revista Luxo publicou uma reportagem sobre Carlos, jogador profissional de futebol, muito conceituado, e sua família com a seguinte chamada de capa: “A vida de luxo de Carlos depois de sair do Clube Tubarões de Papel”. A notícia continha várias informações sobre a vida pessoal e profissional de Carlos com fotografias suas, da sua família e do interior da nova casa (“depois de mudar de clube deixou de falar aos amigos de infância”, “casa milionária”, “decoração de gosto duvidoso”, “comprou um sistema de cinema que custou mais de 30.000 euros”, “os filhos de Carlos, de 10 e 15 anos de idade, brincam na piscina”). Carlos não autorizou qualquer reportagem e, muito menos, qualquer publicação de fotografias. Após a publicação da reportagem, Carlos e a sua família deixaram de ter sossego, visto que passaram a ter, diariamente, fãs e jornalistas à porta. Quid iuris?

11 - Recentemente, o jornal “Esférico” publicou a seguinte notícia: “O Clube Tubaões de Papel deve 5 milhões de euros à Administração Fiscal e não paga os salários dos jogadores há mais de 6 meses”. A notícia foi amplamente divulgada nas redes sociais. O Clube, através da sua direção, considerou-se prejudicado na

sua credibilidade, prestígio, imagem e reputação, mas também no crédito. Apesar de diversas iniciativas para contrariar a informação divulgada, o clube perdeu patrocínios e viu recusado um financiamento para a reabilitação do seu estádio. *Quid iuris?*

12 - Em 10.6.1991, Anabela dá à luz Bernardo. Nesse mesmo dia, em pleno êxtase, Carlos decide dar um anel de brilhantes a Anabela, um fio de ouro a Bernardo e uma pulseira de prata a Diana, futura filha de Elias e Fernanda, respetivamente irmão e cunhada. Em Junho do ano seguinte, Gaspar e Henriqueta, pais de Anabela, desapareceram sem deixar rasto durante as férias na Madeira; segundo alguns relatos, foram vistos numa caminhada pela serra madeirense. Dois meses depois, foi encontrado o corpo de Henriqueta; todavia, de Gaspar nem sinal. Em Janeiro de 1997, Bernardo, de temperamento irrequieto e incontável, decide construir uma fisga para partir as janelas dos vizinhos. Inês, inconsolável com a destruição de 5 janelas, pretende ser ressarcida pelos danos. Em 2003, Anabela consulta um advogado para saber o que pode fazer para tomar conta dos bens de seu pai. Em Outubro de 2006, Bernardo disse aos pais: "Vou casar-me com a Josefina este ano"; tendo os pais retorquido: "Nem penses, ganha juízo!". Inconformado, Bernardo decidiu compatibilizar os estudos com o trabalho para "não depender mais dos pais". Em Janeiro de 2007, Bernardo adquiriu uma bicicleta com o dinheiro que recebeu no Natal. Em Dezembro de 2007, Bernardo adquiriu um anel de noivado, no valor de 5.000,00 euros, para oferecer a Josefina. No dia 14.2.2008, Bernardo convida Josefina para jantar num restaurante muito conceituado; dirige-lhe o pedido de casamento, que é aceite, entrega-lhe o anel e paga a conta (250,00 euros). Certo dia, Laurinda, amiga de família, disse a Anabela: "Parabéns! Já sei do noivado. Acho que são muito novos, mas o amor é lindo." Anabela, atónita e incrédula, confrontou Bernardo e disse-lhe: "Não te casas com ela! Quero o anel de volta para ser devolvido à ourivesaria". Em resposta, Bernardo escreveu uma carta anónima a Manuel, filho de Laurinda, com o seguinte teor: "Estimado Senhor Manuel, a sua mãe está todos os dias no Casino "Sorte Nula" e, segundo consta, perde fortunas na roleta. Na última semana vendeu uma grande quantidade de ouro para pagar as dívidas de jogo". *Quid iuris?*

13 - António, que aparenta ter 20 anos, compra um autorádio à namorada Bruna, de 25 anos, dizendo que a Carlos, comerciante de autorádios há mais de 20 anos com loja no Centro Comercial da Mouraria. António gasta os 150 euros que havia poupado das mesadas que os seus pais, Dália e Fernando, lhe davam no primeiro dia de cada mês.

Dália e Fernando, tomando conhecimento da compra, querem pedir a anulação do negócio. Carlos, porém, recusa-se a devolver os 150 euros. *Quid Juris?*

E se for apenas Fernando a querer anular o negócio, uma vez que Dália, na medida em que gosta muito de Bruna, está satisfeita com a aquisição feita por António?

14 - Eduardo gastava dinheiro como ninguém. Conseguia ficar sem ordenado passados dois dias de o receber. Gastava no jogo, nos «copos», não resistia a um pedido de «empréstimo» feito por um «amigo», etc., etc.. É claro que, durante o resto do mês, era ele que vivia com muita dificuldade e tinha de pedir para sobreviver. Contudo, não mudava. Preocupados, Fernando (colega de trabalho de Eduardo) e Gino (irmão de Eduardo), propuseram uma acção para inabilitação do pobre perdulário. Pediam na acção que passasse a ser Gino a tomar conta de todo o dinheiro do irmão, para o impedir de fazer disparates.

Durante a acção, que foi devidamente publicitada, Eduardo comprou uma máquina de escrever por óptimo preço, com a intenção de a revender. Por azar, quando Eduardo levava a máquina para casa, duas crianças que passavam a correr fizeram a dita máquina cair, quebrando-se em dezenas de pedaços.

Terminado o processo judicial, Gino pretende anular a compra da máquina de escrever. *Quid iuris?*

15 - Francisco, que pretende fazer o curso de medicina, é vulgarmente tratado no seu círculo de amigos como "o Dr.". Quando tinha 17 anos de idade Francisco manifestou ao seu amigo Carlos desejo de comprar um carro. E logo Carlos disse que conhece a pessoa indicada para lhe vender em boas condições, ficando apazado para o dia seguinte. Nesse dia Carlos apresentou Francisco a Eduardo e como é hábito, diz a: este: "aqui o doutor quer comprar um carro e tu és a pessoa indicada para lho venderes".

Carlos retira-se sem seguida, ficando Francisco Eduardo discutir o negócio. E, durante a conversa Eduardo por várias vezes trata Francisco por doutor e isso nada disso para desfazer o equívoco. O negócio é acertado e Eduardo vende a Francisco o automóvel por 2000 €, em entregar no prazo de oito dias, contra o pagamento imediato 400 €, sendo o restante parte do preço a satisfazer no prazo de um mês.

Passados 15 dias Francisco, ainda menor, morre num acidente de viação e só nessa altura o seu irmão, Manuel, que em vida dele fora seu tutor, e agora seu herdeiro, vem a ter conhecimento da compra.

Perante a exigência de Eduardo em receber o preço, Manuel invoca o vício do acto, por efeito da menoridade Francisco. Quem tem razão?

16 - Alfredo, com 17 anos de idade, sem consentimento dos pais, nem suprimimento judicial, casou com Marta.

Passados dois meses, Alfredo prometeu vender a Carlos uma motorizada, que o seu padrinho Francisco lhe havia dado como presente de casamento.

Alfredo morre, ainda menor, e Carlos vem agora exigir a celebração do contrato de compra e venda. Bernardo, pai Alfredo, que soubera daquele acto logo que ele fora feito, pretende opor-se. Quid juris?

17 - António, que é filho de Bento e Maria, quando tinha 16 anos de idade, com autorização do pai, vendeu a Carlos toda a lenha que durante três anos vinha a ser retirada da limpeza de um pinhal que António herdou do seu avô. O preço da venda foi de 1000 €; a lenha seria retirada no final do mês de Junho de cada ano. Carlos pagou o preço e retirou a lenha no primeiro ano. Entretanto, António morreu e sua mãe, Maria, pretende agora opor-se a que Carlos continue a retirar lenha, dizendo que o contrato não é válido. Responda às seguintes perguntas:

a) Pode Maria adoptar aquela atitude?

b) Se pode, quais os meios a que deve recorrer para o efeito?

18 - Rita, filha de Joana e João, nasceu em Abril de 1966. João está inibido totalmente do exercício do poder paternal.

Em Dezembro de 1983, Rita, utilizando dinheiro que juntara desde que começara a trabalhar numa agência imobiliária comprou um terreno em Sintra, com a intenção de, mais tarde, nele construir uma casa.

Em Janeiro de 1984, Rita casou, apesar da oposição dos pais e de não ter procurado ter o suprimimento judicial do seu consentimento.

Em Fevereiro do mesmo ano, Rita e seu marido venderam o referido terreno para irem passar umas férias ao Japão com o dinheiro assim conseguido. Pergunta-se:

a) Pode Joana, que tomou conhecimento da venda do terreno em Março de 1984, pedir em Tribunal a sua anulação?

b) E se o terreno tivesse sido doado a Rita daria a mesma resposta?

19 - Alfredo é filho de Bernardo e Marta, não unidos pelo casamento, mas que vivem maritalmente. Alfredo, que tem 17 anos de idade, promete vender a um seu amigo uma quinta que lhe foi deixada por seu avô, recebendo logo como sinal 1500 €, com o que compra uma motorizada para as suas deslocações para estabelecimento de ensino que frequenta.

a) Bernardo, que teve agora conhecimento desses actos, pode anulá-los?

b) E pode Marta confirmá-los?

20 - Berta, menor de 16 anos, doou a sua amiga Josefina um valioso anel de família que herdou da sua avó. Os pais Berta só souberam do acto no dia do casamento que, contra sua vontade, ela celebrou com Abel. Berta morre cinco meses após o casamento, tendo então 17 anos. Os pais de Berta pretendem anular a doação.

Podem fazê-lo? Com que fundamento?

21 - Abel, maior, que há vários anos sofria de perturbações mentais, com crises periódicas, começou a revelar-se sintomas de agravamento da sua doença, regendo mal os seus bens. Assim, doou a Bartolomeu, que conhecera dias antes, um valioso anel de diamantes e vendeu, por preço aceitável, a Carlos, seu primo, toda a azeitona duma sua propriedade, para em seguida distribuir o dinheiro recebido por pessoas que não conhecia.

Foi requerida a sua interdição, mas o juiz só veio a decretar a inabilitação, deixando a Abel administração dos seus bens e determinando que ele só pode praticar actos de disposição com autorização do seu curador, Daniel.

Após o anúncio da propositura da acção Abel ainda arrendou a Eduardo, pelo prazo de 10 anos, uma quinta de que é proprietário. Quid juris?

22 - António foi interditado por anomalia psíquica.

Alguns anos depois, curou-se e, mesmo antes de ser levantada a interdição pelo tribunal, passou a fazer a sua vida normal. Nestes termos, sem autorização nem conhecimento do seu tutor Pedro, vendeu a Carlos uma mobília muito valiosa de sua casa.

Um ano depois desta venda, foi levantada a interdição.

Pode António anular a venda referida? E Pedro?

23 - António desde a menoridade que revela indícios de anomalia psíquica, que, contudo, não o impediu de trabalhar, durante algum tempo. Ainda menor, António recebeu, por herança, dois prédios urbanos que dão rendimento de 500 € mensais.

Em virtude de o estado de insanidade mental se agravar, foi proposta, ainda na sua menoridade, uma acção de interdição, e esta veio a ser decretada por sentença, transitada em julgado um mês antes de António atingir a maioridade. Foi nomeado tutor de António o seu pai, Bento.

No decurso da acção e após a respectiva publicação, António vendeu a Carlos, por 5.000 €, dois quadros que adquirira em tempos, na Feira da ladra, com o dinheiro ganho do seu trabalho; veio mais tarde a apurar-se que se tratava de obras de pintor célebre que valiam 80.000 € cada uma. António atingiu, entretanto, a maioridade.

Bento pretende agora saber se pode ser anulada a venda dos quartos?

E se pode continuar a utilizar parte dos rendimentos dos prédios de António para custear as despesas de estudo dos seus filhos menores, Daniel e Eduardo, irmãos de António?

24 - António, inabilitado por prodigalidade, vendeu pinheiros de uma mata de que é proprietário a Bento, menor não emancipado, que ficou com o encargo de proceder ao corte das árvores vendidas. Acordaram, desde logo, que se não daria execução ao contrato antes de passados dois anos.

Decorridos seis meses, António deu conhecimento da venda a Carlos, pai de Bento, que nada fez.

Ultrapassados os dois anos previstos no contrato, Bento pretende invalidar a venda, com fundamento em incapacidade de ambos os contraentes. Pode fazê-lo?

25 - António viciou-se no jogo e, levado por esse vício, começou a dissipar o seu património tendo vendido por preço inferior ao seu valor os seus prédios X e Y.

Seu irmão Carlos moveu contra ele uma acção de inabilitação por prodigalidade. Apesar disso, António, após a publicação da acção, ainda conseguiu vender, por menos metade seu valor, o prédio Z. Foi decretada a inabilitação e Carlos nomeado curador de António.

Pode Carlos pedir anulação daqueles actos?

26 - Afonso nasceu em Outubro de 1965. Em 1981 saiu-lhe um prémio no concurso do totobola com o qual comprou um motociclo pelo preço de 5.000 €, para utilizar nas suas viagens de estudo.

Em Janeiro de 1982, na sequência de um acidente, António passou sofrer de perturbações psíquicas e com esse fundamento foi pedida a sua inabilitação. Antes de proposta tal acção, Afonso vendeu o motociclo a Bento, que não conhecia, por 1.000 €.

Veio a ser decretada inabilitação em Janeiro de 1984. Já após a decisão da acção, Afonso doou 1.500 € do prémio do totobola ao seu amigo Carlos. Daniel, pai de Afonso, foi nomeado curador dele e pretende saber se pode anular os actos praticados por Afonso.

27 - Joaquim nasceu em 1 de Março de 1956 e é dono de um valioso prédio que herdou por morte de seu pai. Em 1 de Março de 1975, Joaquim vendeu a Manuel, pelo preço corrente, parte da sua fruta de um pomar que é proprietário, e doou o restante João, seu único amigo.

Em 1 de Março de 1980, sua mãe, Maria, pede Tribunal de interdição de Joaquim, com fundamento em anomalia psíquica. Em 1 de Março de 1984, a acção termina com a seguinte Sentença: Joaquim é declarado inabilitado, sendo sua mãe, Maria, nomeada seu curador, e ficando sujeitos a autorização da sua parte todos os actos de disposição feitos pelo filho.

Entretanto, em 1 de Março de 1982, Joaquim vendeu António um prédio rústico do seu património, por 10.000 €. Sucedeu, porém, que, em virtude da construção de uma estrada no ano seguinte, o prédio viu o seu valor duplicar.

Em 1 de Abril de 1984, Joaquim arrendou, pelo prazo de um ano, um andar, de que é proprietário em Lisboa, a Ana.

Maria, não concordando com nenhum dos actos referidos, quer obter a sua invalidação. Pode fazê-lo?

28 - Albertina nasceu em Outubro de 1966. Em Outubro de 1983, vende a Bernardino uma jóia que lhe tinha sido dado pela sua avó, encontrando-se naquele momento em manifesto estado de embriaguez. Para conseguir realizar a venda, Albertina viciou o bilhete identidade alterando a data do Nascimento para 1961. Em Março de 1984, Albertina procurou reaver a jóia pela qual recebera um preço irrisório. Quid juris?

29 - Afonso, maior, dedicou os seus fim-de-semana à pesca, sendo habitual dirigir-se a um acidentado local da costa bastante isolado e pouco frequentado.

Em certo dia de Abril de 1982, Afonso saiu de manhã com todos os apetrechos de pesca e não mais regressou. Os pais fizeram várias averiguações, mas, para além de alguns bem que lhe pertenciam, encontrados nas arribas, apenas conseguiram apurar que uma pessoa com os sinais de Afonso, foi vista a pescar por um pastor, que entretanto, já o não tinham encontrado após se terem abrigado, por momentos, de uma grande tempestade que nesse dia ocorrera.

Afonso é dono de um prédio urbano que carece de obras urgentes e de um prédio rústico que o dono de uma urbanização vizinha pretende comprar por um preço elevado.

Têm os pais de Afonso algum meio de se possam servir para validamente praticar estes actos?

29 - Alfredo, maior, tem a mania da perseguição, com crises periódicas, sofrendo de anomalia psíquica que limita o seu comportamento social. Foi requerida a sua interdição, mas a sentença só o declarou inabilitado para a prática de actos de disposição, nomeando-lhe como curador sua mãe, Berta. A sentença foi registada em Março de 1984.

Na pendência da acção, Alfredo dá ao seu amigo Carlos um valioso relógio de ouro, e vende a Bernardo (que não conhecia) toda a fruta o seu pomar de macieiras por menos de metade do preço habitual, dizendo no acto de compra que precisa urgentemente do dinheiro para recrutar um grupo de guarda-costas, pois anda a ser perseguido por espíritos malignos.

Alguns dias após o registo da a sentença Alfredo desapareceu, não se sabendo do seu paradeiro e não voltando a haver notícias dele há mais de nove meses. Berta pretende saber agora se:

- a) Pode invalidar os actos praticados por Alfredo;
- b) Se pode ser aplicado o regime de ausência presumida a Alfredo.

30 - Joana nasceu em Fevereiro de 1959. No dia 2 de Novembro de 1974, Joana desapareceu e nunca mais tiveram notícias dela nem os pais, nem as outras pessoas com quem habitualmente convivia.

Joana era proprietária de vários bens necessitados de administração.

Explique que providências podem ser tomadas, quanto a esse bens, até ao dia 22 de Novembro de 1984.

31 - Imagine que é advogada(o) e que tem dois clientes, António e Maria, casados, que, no seu escritório, lhe narram a seguinte história:

"Temos dois filhos, Manuel e Francisco, nascidos em 1/10/1986. Por ocasião do Natal de 2002, Manuel adquiriu com o dinheiro que ganhou a trabalhar como estafeta uma televisão Loewe no valor de € 3.000,00. Na mesma data ofereceu um livro à sua noiva, Rita. Enfim, desperdiçou muito dinheiro que talvez não consigamos recuperar...

Preocupados com a tendência do Manuel para gastar dinheiro, intentámos uma acção tendo em vista a sua inabilitação em 2/11/2003, vindo esta a ser decretada em 5/5/2005. Soubemos há pouco que o Manuel vendeu em 4/12/2003 uma mota que lhe tínhamos oferecido por ocasião do seu crisma e, com o dinheiro que obteve, comprou um relógio, em 10/12/2004, e uma máquina digital, em 7/01/2005.

Francisco, por sua vez, decidiu participar como actor na telenovela "Desencontros", produzida pela sociedade "Imagem Vox". A Imagem Vox, promovendo a telenovela, realizou um programa onde se revelava o percurso profissional dos actores e algumas imagens do seu casting.

Na sequência dessa revelação, Francisco dirigiu-se à Imagem Vox em 10/01/2004 exigindo a sua saída imediata da telenovela, que entretanto atingira um elevado nível de audiências. Sendo esse pedido negado, Francisco desapareceu nesse dia para parte incerta e desde então nunca mais nos deu notícias.

A história do seu desaparecimento tem vindo a ser exaustivamente narrada nos principais meios de comunicação social o que, como calculará, nos deixa profundamente transtornados."

Como enquadraria juridicamente os factos que lhe foram contados?

Que conselhos daria a António e Maria?